



Situação Social nos Estados

Rio Grande do Sul



Situação Social nos Estados

Rio Grande do Sul

ipea
Brasília, 2012

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

SITUAÇÃO SOCIAL NOS ESTADOS

Coordenação

Jorge Abrahão de Castro

Herton Ellery Araújo

Ana Luiza Machado de Codes

Apoio técnico

Cristiane Ala Diniz

Janaína Carvalho dos Santos

Lana Torres Barreto

Thaysa Guimarães Souza

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DO RIO GRANDE DO SUL	7
DEMOGRAFIA	9
PREVIDÊNCIA	12
RENDIA, POBREZA E DESIGUALDADE	14
SAÚDE	19
SEGURIDADE	21
TRABALHO E RENDA DO TRABALHO	23
EDUCAÇÃO	26
SANEAMENTO E HABITAÇÃO	29
CULTURA	32
OUTRAS PERSPECTIVAS	35
ANEXOS	36
ANEXO 1	36
ANEXO 2	49

APRESENTAÇÃO

A iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea de publicar esta série – *Situação Social nos Estados* – busca suprir uma lacuna e complementar as tradicionais séries de análises desenvolvidas pela instituição na área social. Contribui-se, dessa forma, para o cumprimento da missão de produzir e disseminar conhecimento a fim de melhorar as políticas públicas tanto no aspecto nacional como também nas esferas mais descentralizadas do país.

Para tanto, esta publicação apresenta e analisa brevemente alguns temas sociais selecionados, utilizando um conjunto de dados e informações para entender a evolução e o quadro atual da situação social vivida pela sociedade brasileira, em cada um dos estados brasileiros e no Distrito Federal.

Os temas foram selecionados por área de interesse das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para dar conta do tipo de abordagem proposta, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE). Entretanto, quando a PNAD não foi suficiente, utilizaram-se também outras fontes de dados. Além disso, restringiu-se o período de análise a 2001-2009.

O presente documento trata do estado do Rio Grande do Sul como parte específica da série. Para cada estado, é possível comparar a situação no estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

As diferentes seções apresentadas servem ao propósito de conferir tratamento múltiplo aos temas. Primeiro, apresenta-se análise dos principais indicadores selecionados para cada tema proposto. Em seguida, o anexo 1 oferece uma série de 34 indicadores para que o leitor faça suas próprias análises. Por último, o anexo 2 apresenta glossário de indicadores e suas respectivas metodologias de construção.

Os Editores

INDICADORES SOCIAIS NOS ESTADOS BRASILEIROS: O CASO DO RIO GRANDE DO SUL

Dois eventos, que marcaram o fim dos anos 1980 e o começo dos anos 1990 no Brasil, possibilitaram uma mudança no quadro socioeconômico do país nas últimas duas décadas: a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que definiu novos marcos para a abrangência das políticas sociais; e a estabilização monetária obtida com o Plano Real em 1994, que permitiu ao país voltar a planejar políticas públicas com um horizonte mais controlável do ponto de vista econômico.

A primeira década dos anos 2000 já reflete os impactos decorrentes daqueles eventos. O objetivo desta série de publicações é mostrar, por meio de alguns indicadores selecionados, as mudanças sociais que são fruto do desempenho econômico do Brasil e também das escolhas políticas feitas nesse período.

Os indicadores foram selecionados por área de atuação das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, saneamento e habitação, cultura e desenvolvimento agrário.

Para abordar essas áreas, a fonte de informação mais completa, em termos de abrangência territorial e periodicidade, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).¹ Entretanto, a PNAD não foi suficiente para tudo, sendo então utilizados os dados da Rede Interagencial de Informações para a Saúde do Ministério da Saúde (Ripsa/MS). Além disso, para simplificar, apresentam-se as fontes de dados de cada indicador no anexo 2.

1. Existe uma variabilidade inerente, de ano para ano, aos indicadores advindos da PNAD, por se tratar de uma pesquisa amostral. Mostraremos os indicadores calculados a partir dos microdados de cada ano. Contudo, depreenderemos dali as tendências gerais ao longo do período.

Este volume sobre o Rio Grande do Sul integra uma série de publicações, organizada por estado. Em cada uma delas, o leitor pode comparar a situação do estado à média da região a que pertence e à média nacional. Por outro lado, há também a possibilidade de uma análise intraestadual, na qual o indicador médio do estado é confrontado com suas situações urbana e rural.

O quadro-síntese a seguir apresenta alguns indicadores, que serviram de base para uma abordagem inicial. Entretanto, o leitor pode fazer uma análise mais completa utilizando o anexo estatístico, que oferece gama maior de indicadores para cada área em questão.

QUADRO 1

Quadro-síntese da situação social – Brasil, Sul e Rio Grande do Sul

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Sul	Rio Grande do Sul
Demografia	Taxa de fecundidade total	1,90	1,62	1,55
	Razão de dependência de idosos (60 ou mais)	15,33	16,10	17,85
Previdência social	Cobertura da população idosa (60 ou mais)	77,37	82,34	83,33
	Esperança de vida aos 60 anos ¹	21,30	21,50	21,60
Pobreza e desigualdade	Extrema pobreza	5,16	2,05	2,16
	Renda domiciliar <i>per capita</i>	631,71	778,66	773,28
	Índice de Gini	54,01	48,79	49,69
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) ²	20,00	12,90	12,80
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) ³	94,30	81,70	74,00
Seguridade	Percentual da renda com transferências	20,74	20,05	23,99
Trabalho e renda	Desemprego	8,16	5,77	5,99
	Rendimento médio do trabalho (salário)	1.116,39	1.261,34	1.216,45
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	9,70	5,46	4,60
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	7,55	7,93	7,82
Saneamento e habitação	Abastecimento adequado de água	87,72	94,87	94,31
	Acesso à energia elétrica	98,82	99,73	99,70
Cultura	Telefone celular no domicílio	81,05	88,34	91,96
	Internet no domicílio	28,14	34,87	32,94

(Continua)

(Continuação)

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Sul	Rio Grande do Sul
Desenvolvimento agrário	Cobertura da população idosa (rural)	86,49	91,38	92,51
	Extrema pobreza (rural)	12,64	3,34	3,30
	Renda domiciliar <i>per capita</i> (rural)	314,25	511,40	559,95
	Índice de Gini (rural)	49,02	42,88	44,27
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	625,45	964,18	1.038,87
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	22,77	9,58	7,52
	Acesso à energia elétrica (rural)	93,29	98,84	98,87
	Telefone celular no domicílio (rural)	54,49	79,71	89,33
	Internet no domicílio (rural)	4,25	8,86	9,80

Fontes: PNAD 2009/IBGE e Ripsa/MS.

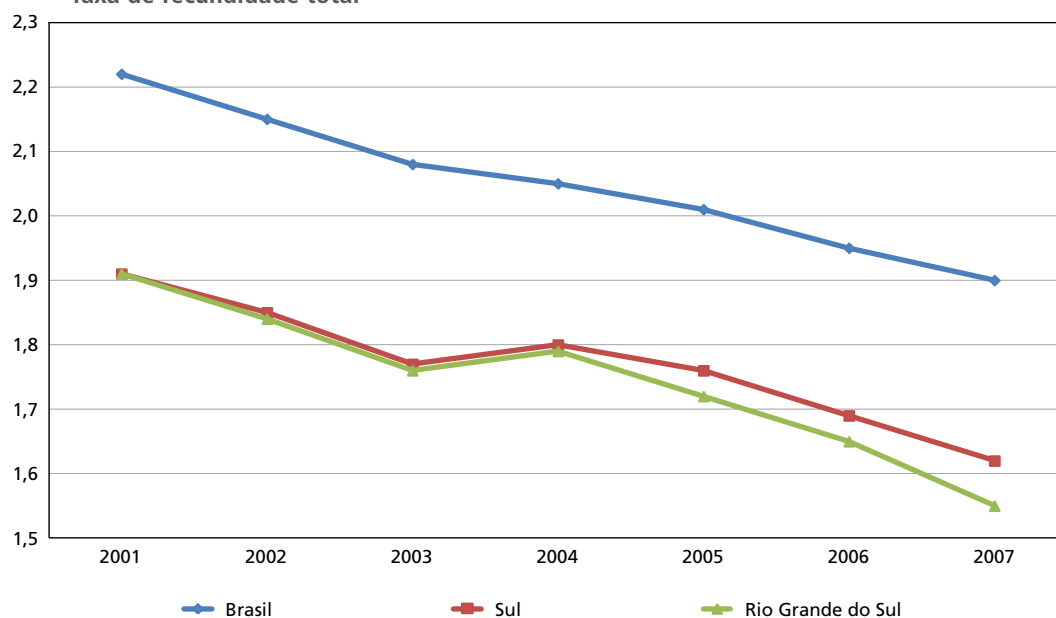
Notas:¹ Os valores da esperança de vida aos 60 anos apresentados representam 2008.² Os valores da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentados representam 2007.³ Os valores da taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) apresentados representam 2007.

DEMOGRAFIA

O Rio Grande do Sul é o estado mais populoso da região Sul do país, possuindo cerca de 10,9 milhões de habitantes, o que representa 5,7% da população brasileira e 39,3% da regional. Cerca de 18% dos gaúchos vivem nas zonas rurais de seus municípios. Esse percentual é o mais alto entre os estados da região, cuja média regional é 16,8%.

A fecundidade no Rio Grande do Sul é menor do que no Brasil e no Sul, encontrando-se em trajetória de queda, assim como as demais. O Brasil já apresenta taxa de fecundidade (1,90) abaixo da de reposição (2,10), o que significa que nossa população começará a decrescer daqui a cerca de 30 anos. No caso do Rio Grande do Sul (1,55) e do Sul (1,62), o crescimento vegetativo está ainda mais lento do que o nacional.

GRÁFICO 1
Taxa de fecundidade total



A razão de dependência de idosos, por sua vez, é maior no Rio Grande do Sul (17,8) do que no Sul (16,1) como um todo e superior à nacional (15,3). Tal resultado é função das suas baixas taxas de fecundidade, além de estar associado à emigração de jovens, já que o estado tem apresentado saldos migratórios negativos, por toda a década.

GRÁFICO 2
Razão de dependência demográfica – idosos

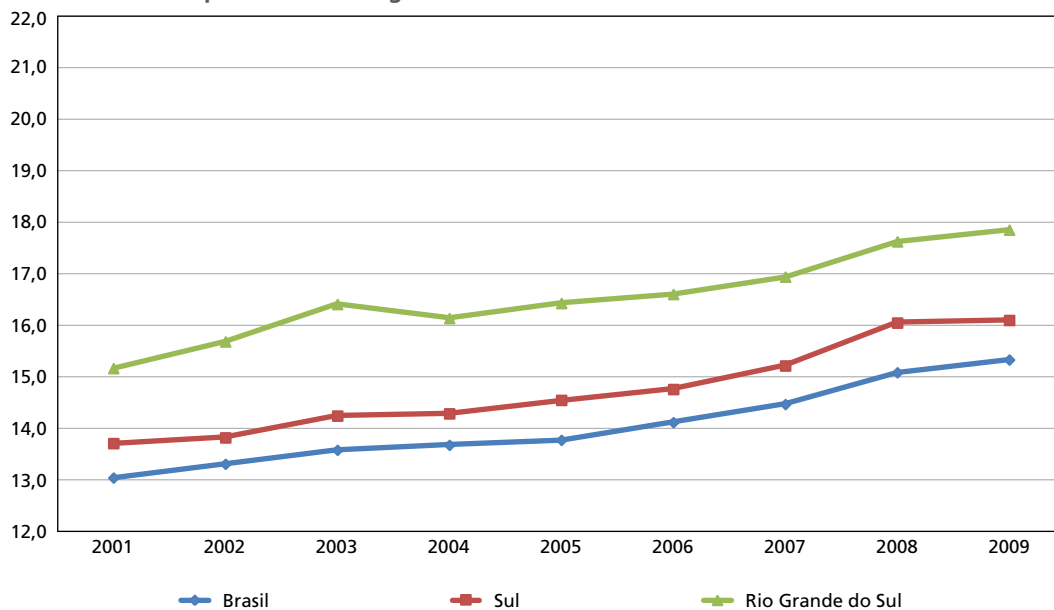
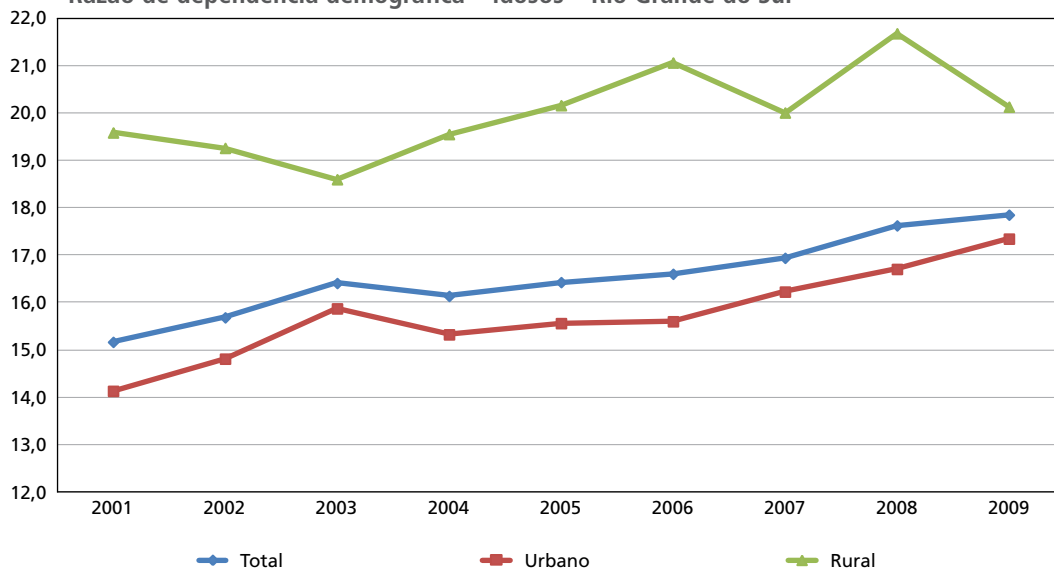


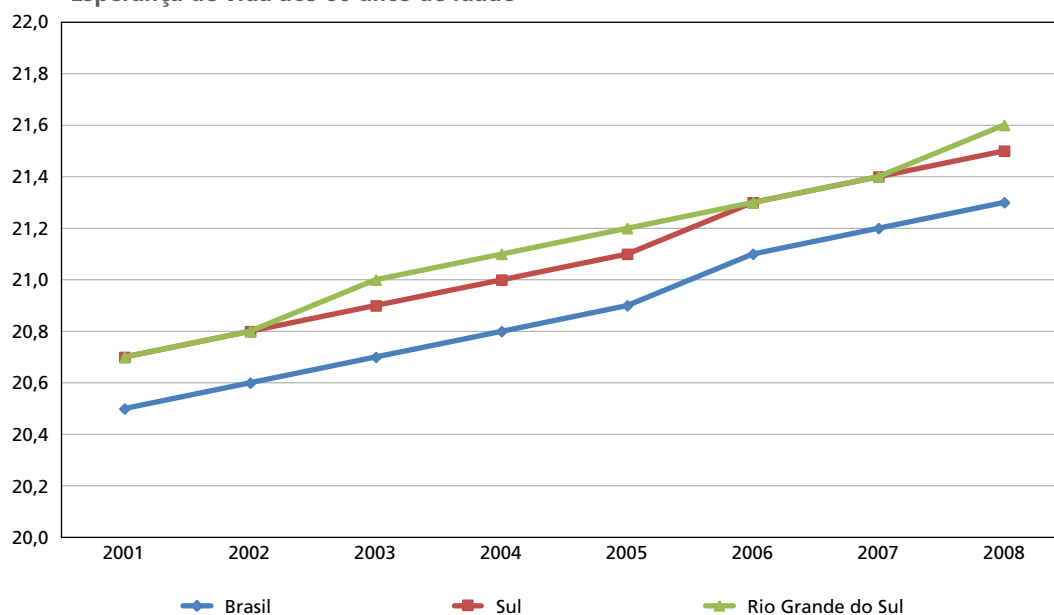
GRÁFICO 3
Razão de dependência demográfica – idosos – Rio Grande do Sul



PREVIDÊNCIA

Os indicadores de previdência social fornecem uma sinalização de como a população idosa do Rio Grande do Sul vive de maneira mais salutar que a média dos cidadãos do Sul, superando também a média dos brasileiros. A tomar pela esperança de vida aos 60 anos² – trata-se de estimativa de quantos anos mais, uma pessoa de 60 anos de idade ainda vai viver –, tem-se que um gaúcho, em 2001, tinha a expectativa de viver mais 20,7 anos, quando completasse 60 anos de idade. Essa expectativa passou a ser de 21,6 anos, em 2008. Para um brasileiro, essa projeção era de 20,5 anos em 2001 e de 21,3 anos em 2008 e, para um cidadão do Sul, de 21 anos e 21,5 anos.

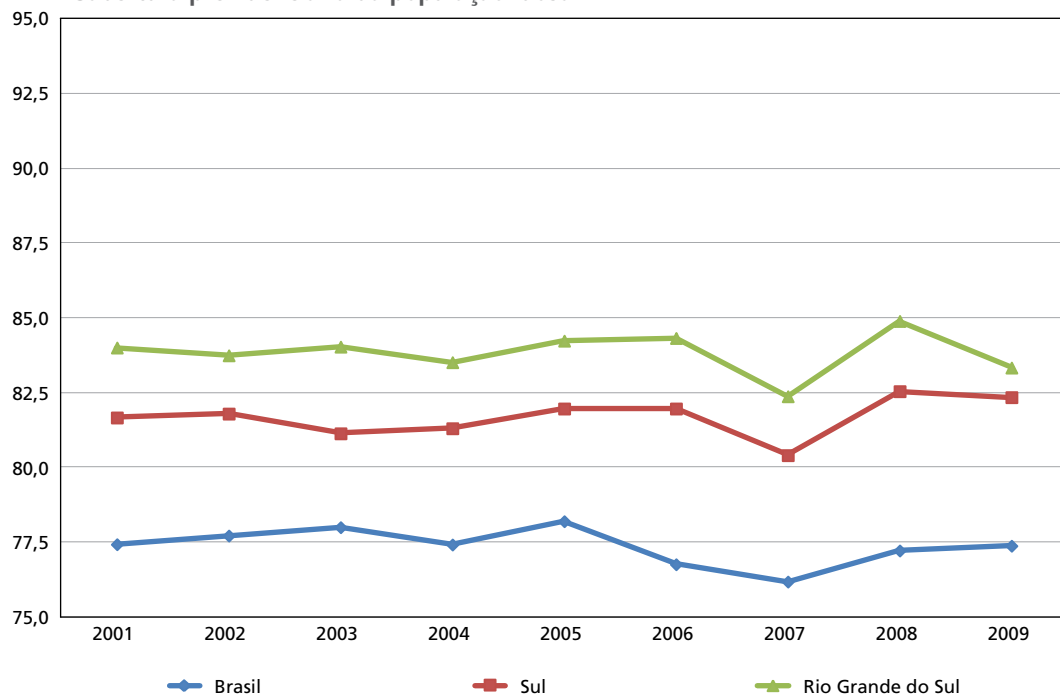
GRÁFICO 4
Esperança de vida aos 60 anos de idade



2. Os valores da esperança de vida aos 60 anos representam 2001 a 2008. Ainda não foram calculados os valores para 2009.

Outro indicador utilizado na área da previdência social é a cobertura da população idosa (60 anos ou mais) em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais.³ Em 2001, enquanto 77,4% da população idosa do Brasil e 81,7% da do Sul eram cobertas pela previdência social, no Rio Grande do Sul, essa cifra era de 84%. Em 2009, esses totais passaram a ser de 77,4%, 82,3% e 83,3%, respectivamente. Enquanto a cobertura permaneceu inalterada no Brasil e no estado, a variação na região Sul foi de 0,8%.

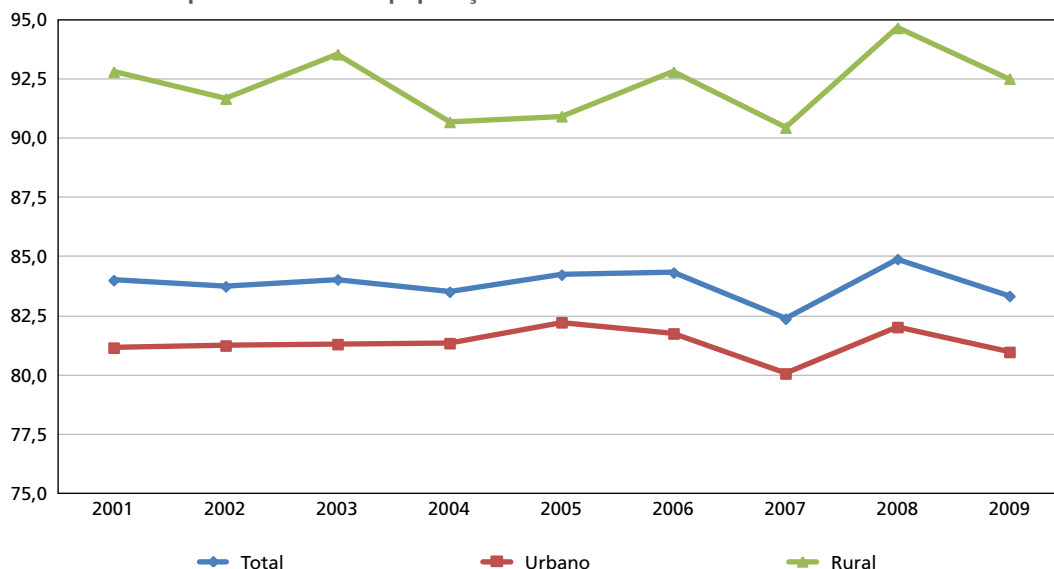
GRÁFICO 5
Cobertura previdenciária da população idosa



3. Na PNAD, não é possível distinguir a aposentadoria do Benefício de Prestação Continuada do idoso.

GRÁFICO 6

Cobertura previdenciária da população idosa – Rio Grande do Sul



RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

Para captar o poder aquisitivo da população, utilizamos o indicador da renda domiciliar *per capita*, pois ele contempla todas as fontes de renda que uma família pode possuir, dividido pela quantidade de componentes da família. Expressa, portanto, a parcela da renda que é efetivamente apropriada por cada membro da família para seus gastos.

O Brasil, que apresentava a renda domiciliar *per capita* de R\$ 511,5 em 2001, subiu para R\$ 631,7 em 2009, perfazendo aumento real de 23,5% no período. O indicador do Sul passou de R\$ 597,2 para R\$ 778,7 (aumento real de 30,4%). No caso do Rio Grande do Sul, o indicador era de R\$ 625,7, em 2001, elevando-se para R\$ 773,4 em 2009. Com esse aumento de 23,6% ao longo do período, o estado apresentou crescimento similar ao da média nacional e inferior ao da média da região. Assim, o estado passou de uma situação em que estava acima da média da região para um pouco abaixo, nos últimos anos.

No Rio Grande do Sul, as desigualdades de renda média diminuíram um pouco, uma vez que a renda domiciliar *per capita* na zona rural teve crescimento de 68,3%,

superior ao observado na urbana (18,3%), passando de R\$ 332,8 em 2001 para R\$ 560,0 em 2009. Ainda assim, a discrepância entre as magnitudes desses indicadores rurais e urbanos chama atenção. Em suma, apesar do desempenho inferior, em termos do crescimento de renda observado nos últimos anos, o Rio Grande do Sul ainda apresenta patamares superiores aos nacionais, mas semelhantes aos das médias da região Sul.

GRÁFICO 7
Renda domiciliar *per capita* média
(Em R\$)

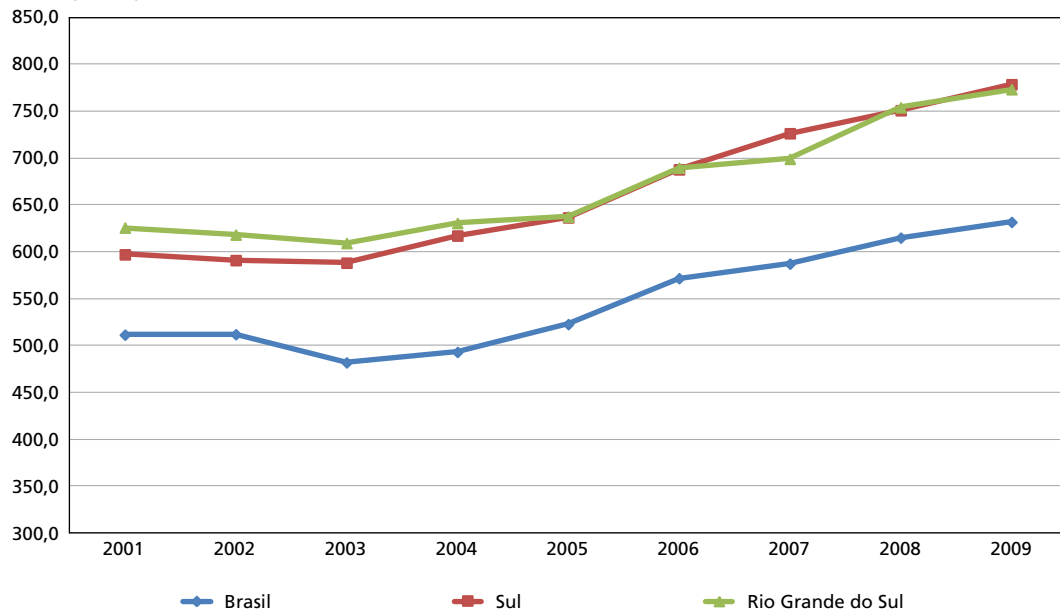
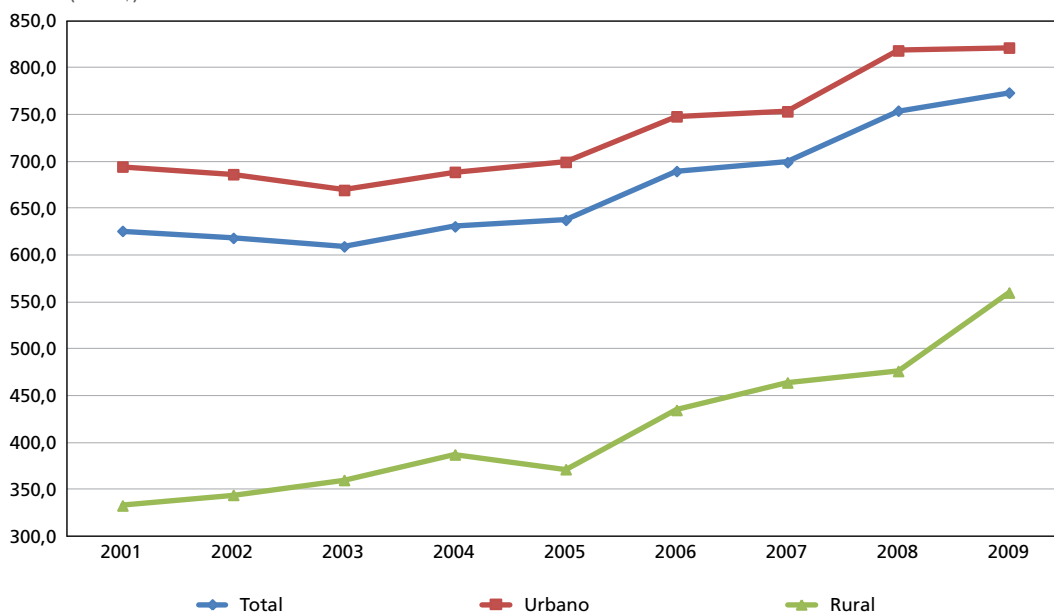


GRÁFICO 8
Renda domiciliar *per capita* média – Rio Grande do Sul
 (Em R\$)



Sob o ponto de vista da pobreza extrema – ou seja, daqueles que auferem renda *per capita* inferior a R\$ 67,07, por mês, em setembro de 2009 e para os anos anteriores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC)⁴ –, o Rio Grande do Sul apresenta tendência de queda. Em 2001, 4,7% da população vivia em pobreza extrema, sendo que essa proporção diminuiu para 2,2% em 2009. Comparativamente ao ocorrido na região Sul, essa trajetória foi menos intensa. No mesmo período, a pobreza extrema na região passou de 5,2% para 2,2%. Os índices nacionais são de 10,5% e 5,2% para 2001 e 2009, respectivamente.

Tendo em vista o contexto rural, os indicadores de pobreza extrema apresentados pelo Rio Grande do Sul (10,2% em 2001 e 3,3% em 2009) acompanham, em linhas gerais, a tendência observada no resto do estado, porém com intensidade mais forte.

4. Em junho de 2011, o governo federal assumiu uma linha oficial, para balizar seu programa de erradicação da extrema pobreza. É esta linha que está sendo considerada neste trabalho.

GRÁFICO 9
População em situação de extrema pobreza

(Em %)

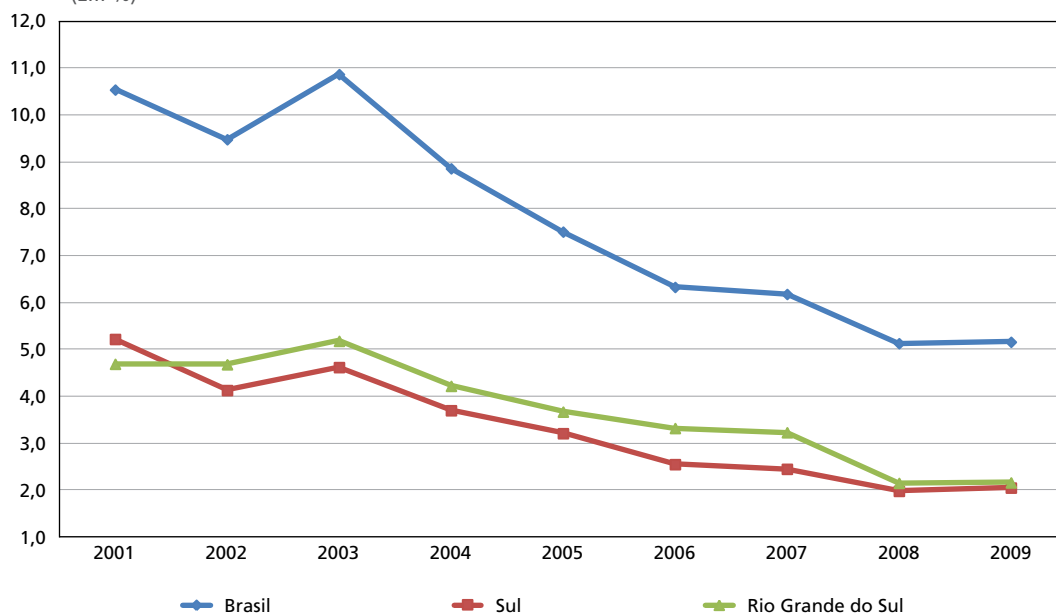
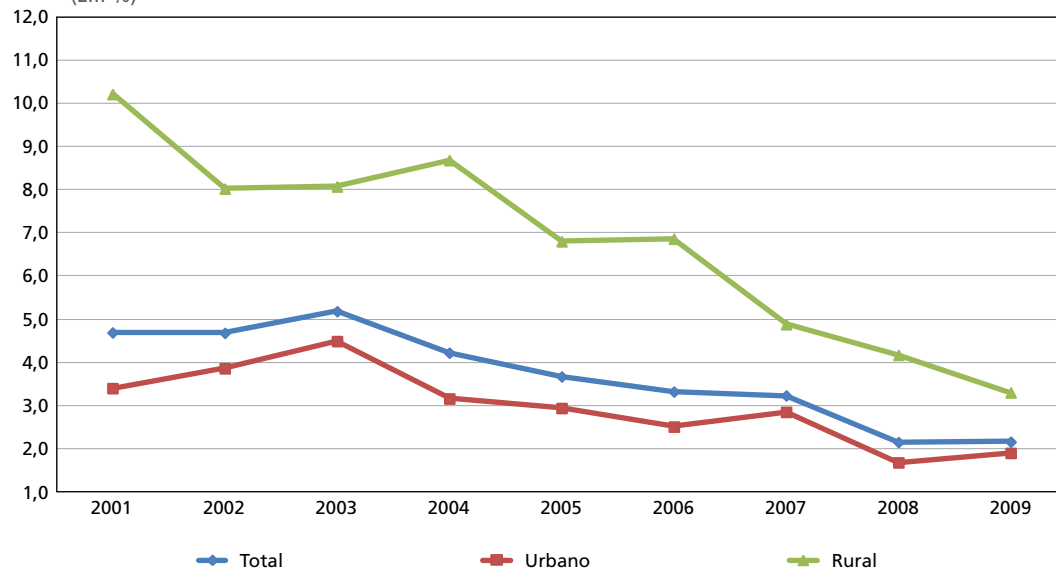
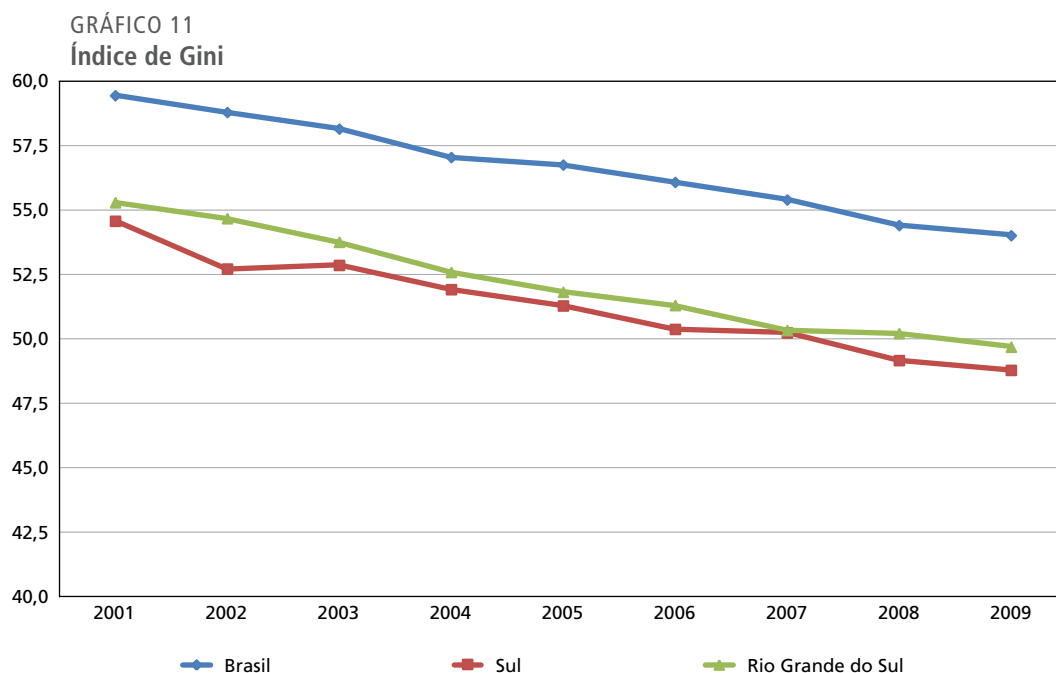


GRÁFICO 10
População em situação de extrema pobreza – Rio Grande do Sul

(Em %)

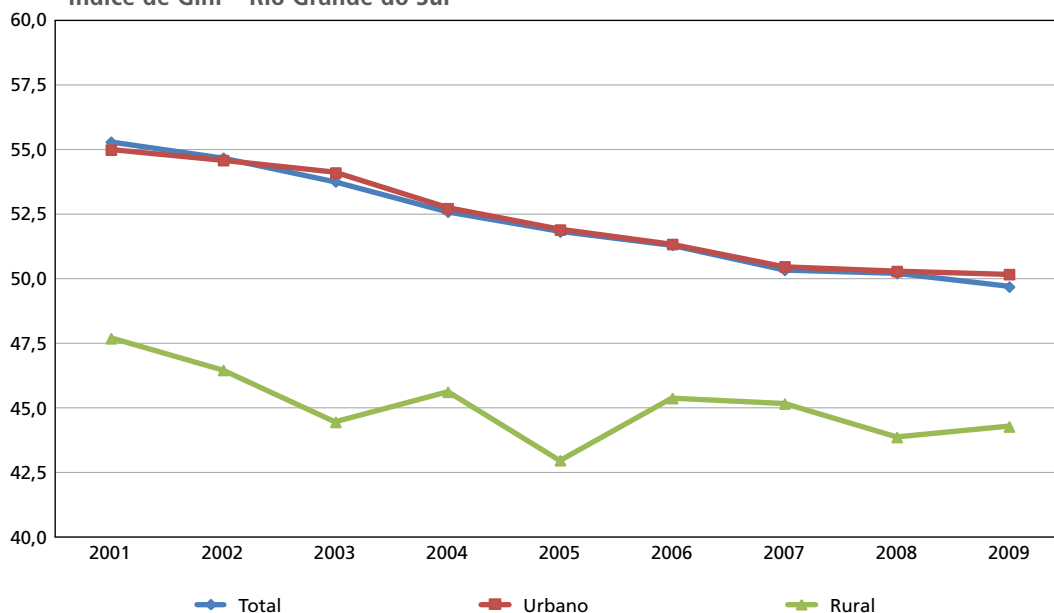


A propósito da desigualdade de renda, o indicador mais completo para medi-la é o Índice de Gini,⁵ pois leva em consideração os rendimentos por todo o espectro da distribuição. A série histórica desse indicador encontra-se no gráfico a seguir. Como esperado, a desigualdade vem caindo, sendo a do Sul inferior à nacional. O Rio Grande do Sul apresentou, durante toda a década, desigualdade maior do que a média do Sul. Na área rural, a desigualdade é inferior à urbana.



5. O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento *Variabilità e mutabilità*, em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde à completa igualdade de renda (em que todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (p.p) – é igual ao coeficiente multiplicado por 100.

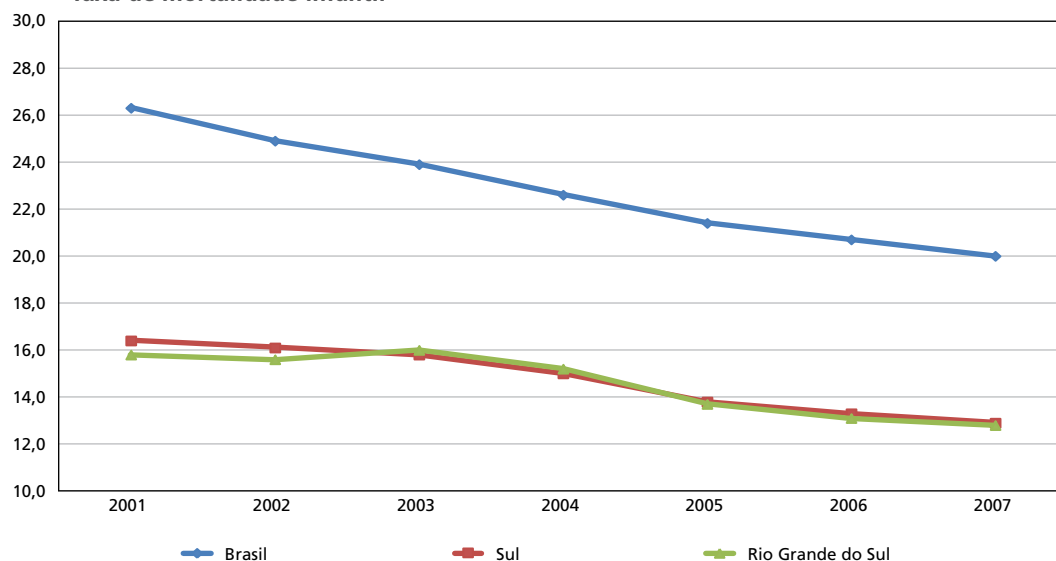
GRÁFICO 12
Índice de Gini – Rio Grande do Sul



SAÚDE

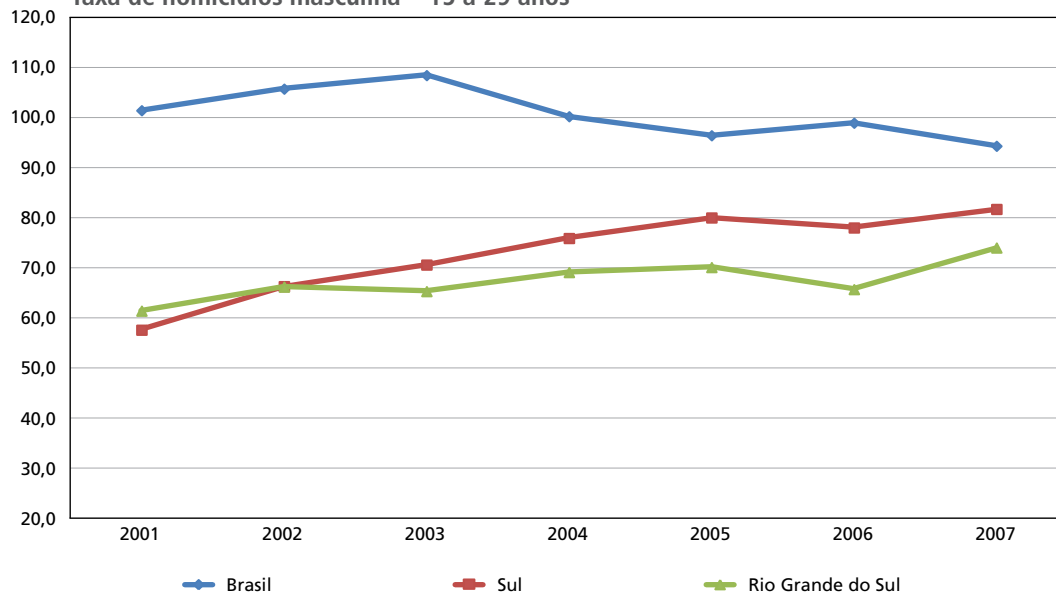
A mortalidade infantil no Rio Grande do Sul tem diminuído. Em 2001, a taxa (mortes infantis por mil nascidos vivos) era de 15,8, caindo para 12,8 em 2007. Considerando esses valores, o estado encontra-se, em situação favorável, relativamente ao contexto nacional. No Brasil, os patamares de mortalidade infantil são mais altos: 26,3, em 2001, e 20, em 2007. Rio Grande do Sul apresenta-se em vantagem também, comparativamente ao quadro apresentado na região Sul, em que as taxas foram de 16,4 e 12,9, em 2001 e 2007, respectivamente.

GRÁFICO 13
Taxa de mortalidade infantil



Outro indicador a ser considerado é a taxa de homicídio masculina (número de mortes por 100 mil habitantes), para a faixa etária de 15 a 29 anos. Este indicador serve como um *proxy* da violência urbana, uma vez que os homicídios relacionados com questões de tráfico afetam mais os homens jovens.

GRÁFICO 14
Taxa de homicídios masculina – 15 a 29 anos



No caso do Brasil, a taxa caiu de 101,4 em 2001 para 94,3 em 2007, um decréscimo de 7%. O Rio Grande do Sul apresentou aumento de 20,5% nesse indicador, contra 41,8% da região como um todo. Apesar dessa elevação, o estado delineou uma trajetória vantajosa, relativamente à média regional.

SEGURIDADE

Em sua atuação para prover seguridade social à população, o governo promove tanto políticas de prestação de serviços quanto de transferências monetárias diretas. Essas transferências compõem uma parcela da renda das famílias, que pode ser mensurada pelo percentual correspondente às aposentadorias e pensões de instituto de previdência ou do governo federal, ao abono de permanência e aos outros programas oficiais – tais como Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-Loas) e outros.⁶

No Rio Grande do Sul, a parcela da renda correspondente à seguridade (24% em 2009) é superior à do Brasil (20,7% em 2009) e da região como um todo (20,1%). A evolução entre 2001 e 2009 mostra, no Brasil, que houve aumento de 13,4% no indicador – o que corresponde a 2,4 p.p. No Rio Grande do Sul, a elevação foi de 8,3% – ou 1,9 p.p.

6. As PNADs agrupam, na mesma variável, os programas de transferências governamentais e os ganhos provenientes de aplicações financeiras, como dividendos e juros. Sabemos, no entanto, que estes rendimentos tendem a ser subdeclarados, enquanto as transferências governamentais são mais bem captadas. Consideramos, portanto, que essa variável oferece boa aproximação do que queremos aferir.

GRÁFICO 15
Transferências na renda

(Em %)

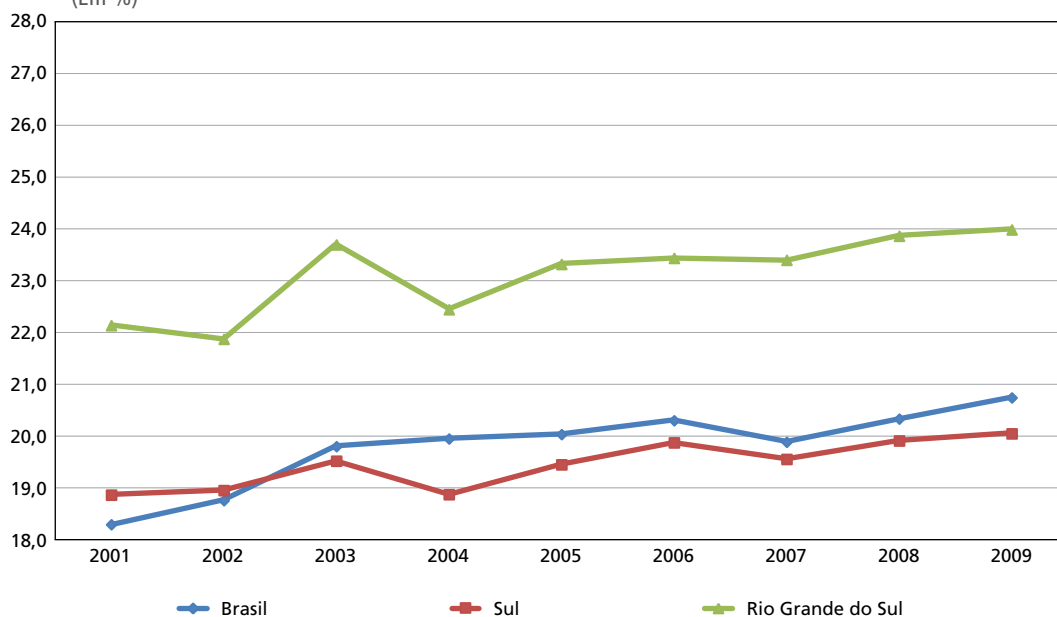
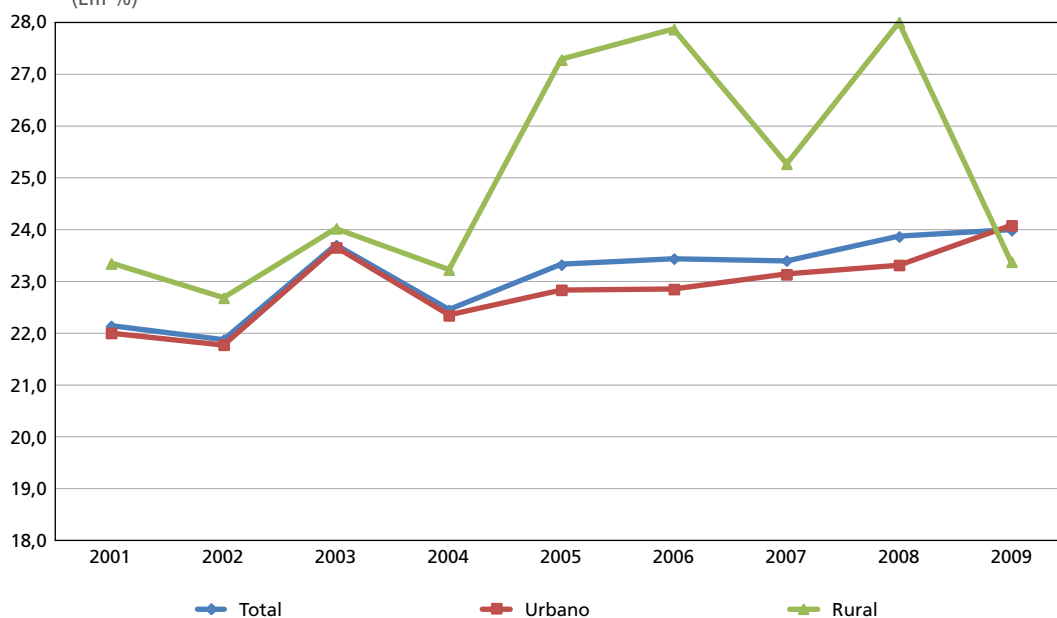


GRÁFICO 16
Transferências na renda – Rio Grande do Sul

(Em %)



TRABALHO E RENDA DO TRABALHO

A taxa de desemprego no Rio Grande do Sul é maior do que na região Sul e menor do que no Brasil. Em 2001, ela era de 6,6%, tendo caído para 6% em 2009. No Sul, essas taxas foram de 6,4% em 2001 e 5,8% em 2009; para o Brasil, apresentaram-se as taxas de 9,2% e 8,2%, respectivamente.

GRÁFICO 17
Taxa de desemprego

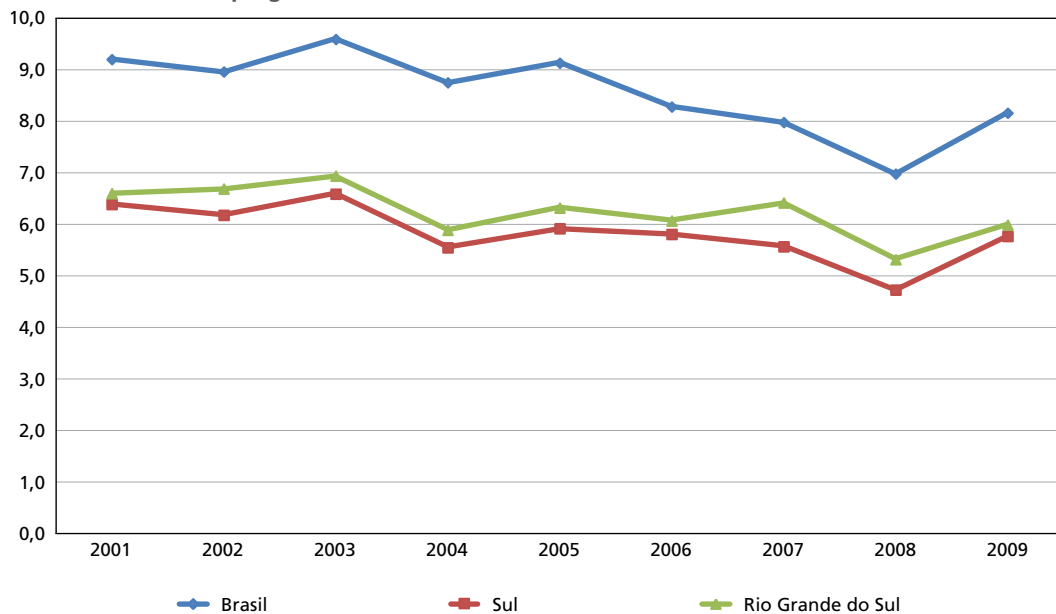
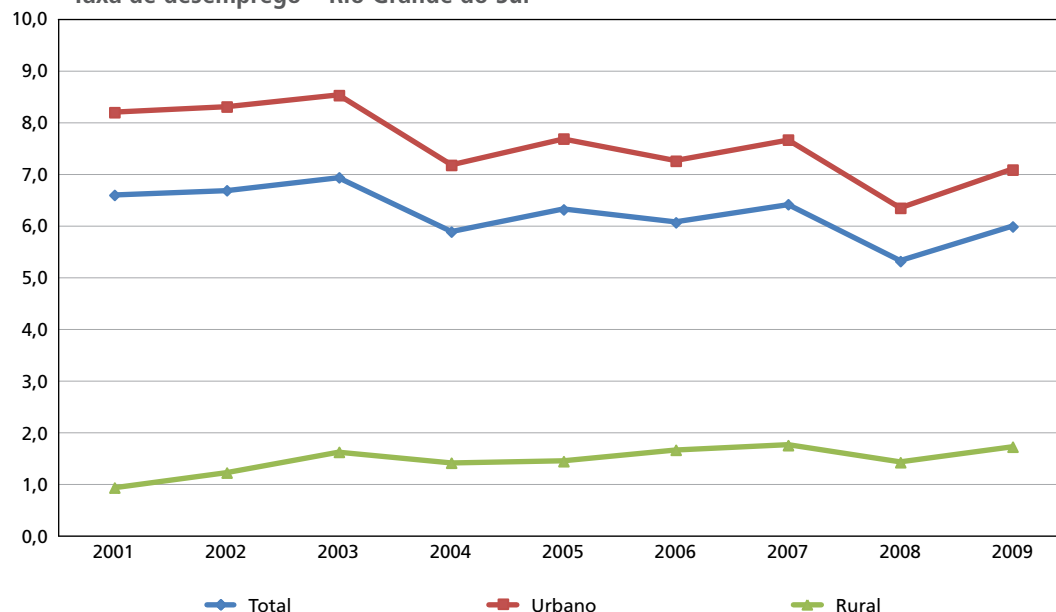


GRÁFICO 18

Taxa de desemprego – Rio Grande do Sul



Quanto à remuneração do trabalho, medida pelo rendimento médio do trabalho, o Rio Grande do Sul encontra-se em situação bastante favorável relativamente à média nacional, mas aquém da média regional. O rendimento médio do trabalho⁷ no Rio Grande do Sul foi de R\$ 1.087,5 em 2001 (sendo que, no Brasil, essa média foi de R\$ 1.039,41 e, no Sul, de R\$ 1.091,21) e em 2009 estava em R\$ 1.216,5 (Brasil: R\$ 1.116,39; Sul: R\$ 1.261,3).

7. Trata-se do rendimento médio só dos que tiveram renda proveniente do trabalho. Os ocupados com renda zero foram excluídos do cálculo.

GRÁFICO 19
Rendimento médio no trabalho

(Em R\$)

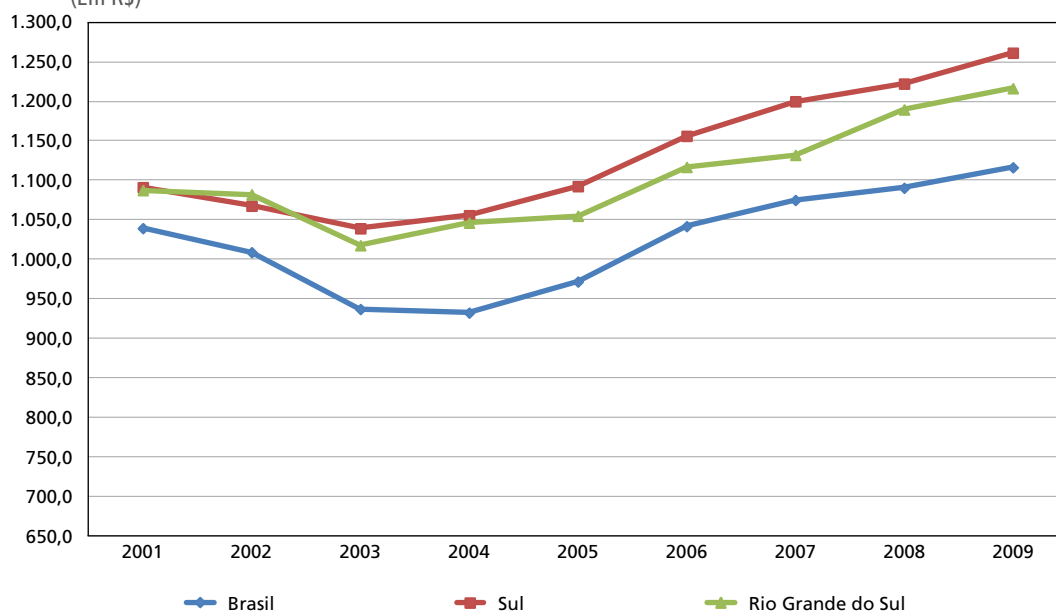
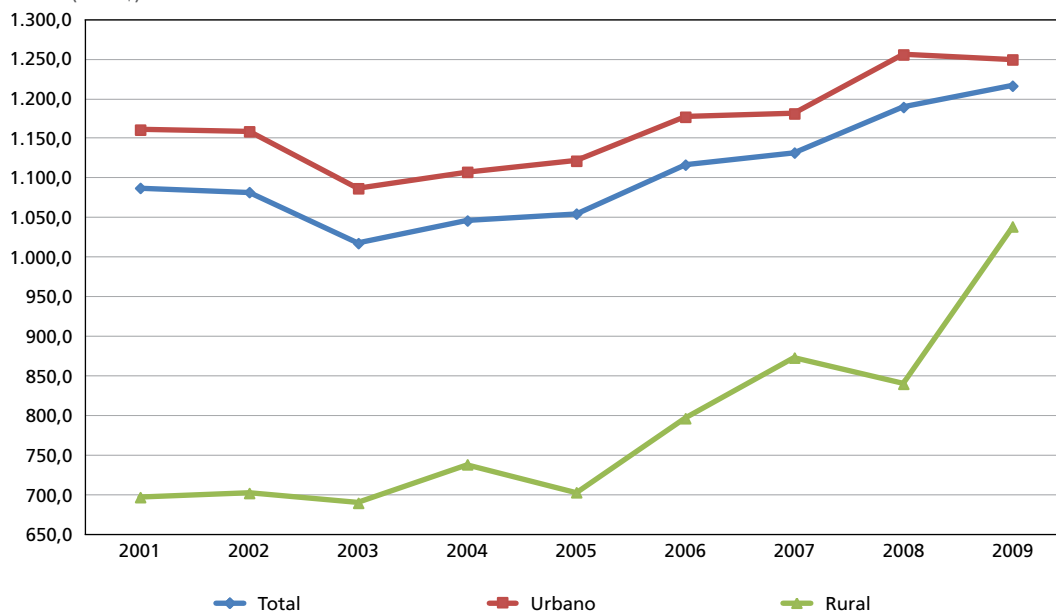


GRÁFICO 20
Rendimento médio no trabalho – Rio Grande do Sul

(Em R\$)



Na zona rural, houve um forte incremento (49%) no período. Esse aumento tornou o rendimento do trabalho, na área rural do Rio Grande do Sul, o maior do Brasil.

EDUCAÇÃO

O Rio Grande do Sul tem escolaridade, medida pela média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, maior do que a nacional em todos os anos, de 2001 a 2009. Em meados da década, passou a demonstrar níveis menores que a média da região. No estado, essas médias são de 6,8 anos e 7,8 anos de estudo, enquanto, para a região, elas são de 6,8 anos e 7,9 anos e, para o país, de 6,4 anos e 7,5 anos, respectivamente. A população rural do Rio Grande do Sul encontrava-se, em 2009, com escolaridade baixa: 5,9 anos de estudo.

GRÁFICO 21
Média de anos de estudo

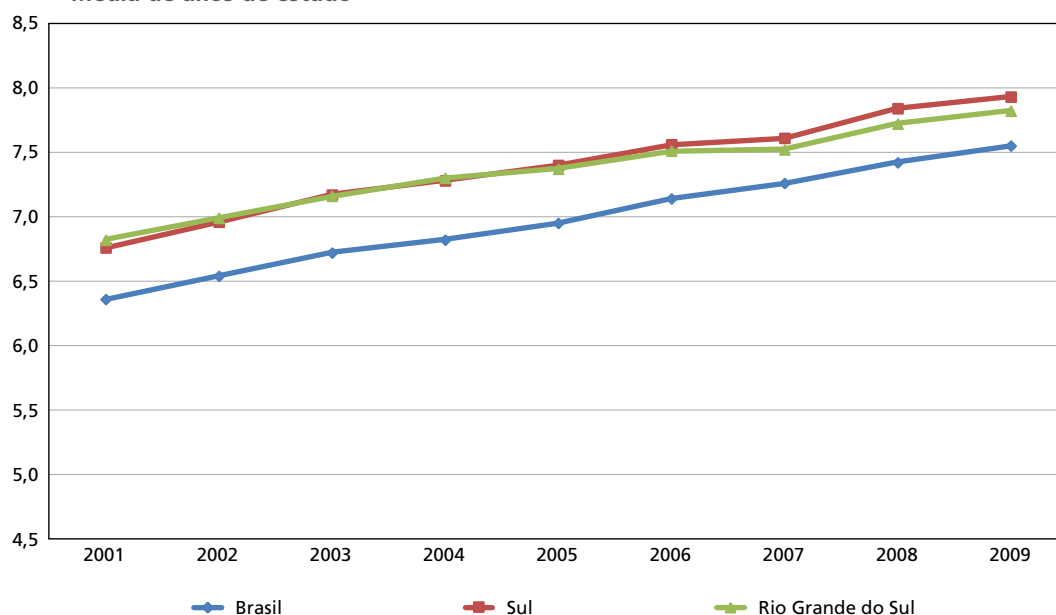
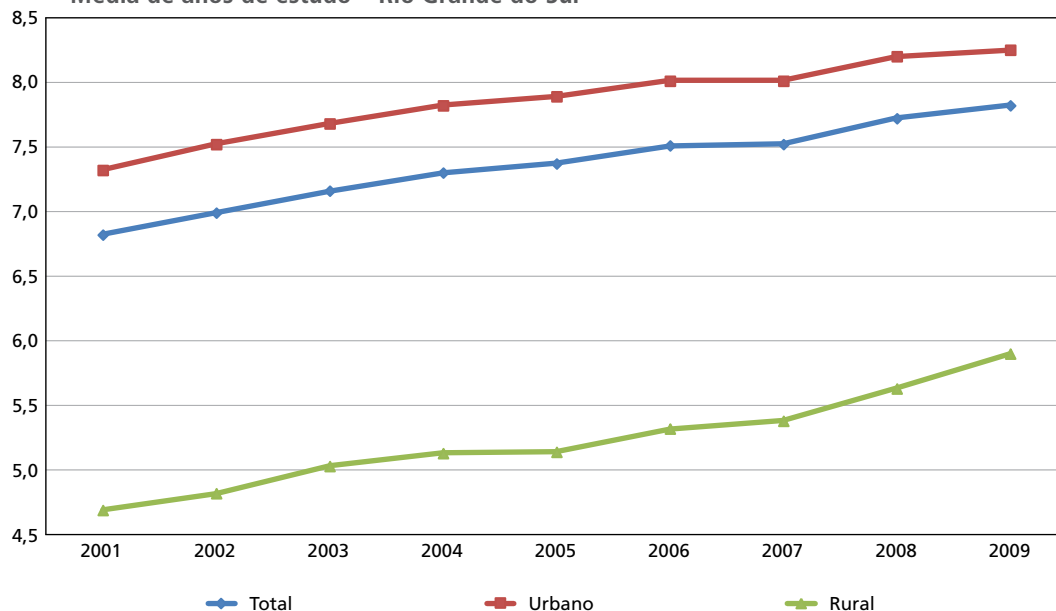


GRÁFICO 22
Média de anos de estudo – Rio Grande do Sul



Observando-se a questão do analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, o Rio Grande do Sul também apresenta padrões superiores, relativamente à média nacional e à do Sul. Em 2001, 6,2% dos gaúchos eram analfabetos, contra 7,1% dos moradores do Sul e 12,4% dos brasileiros. Em 2009, essa situação permaneceu quase inalterada: os analfabetos compunham 4,6% da população do Rio Grande do Sul, enquanto, no Sul e no Brasil, eles representavam 5,5% e 9,7% das pessoas, respectivamente.

GRÁFICO 23
Taxa de analfabetismo

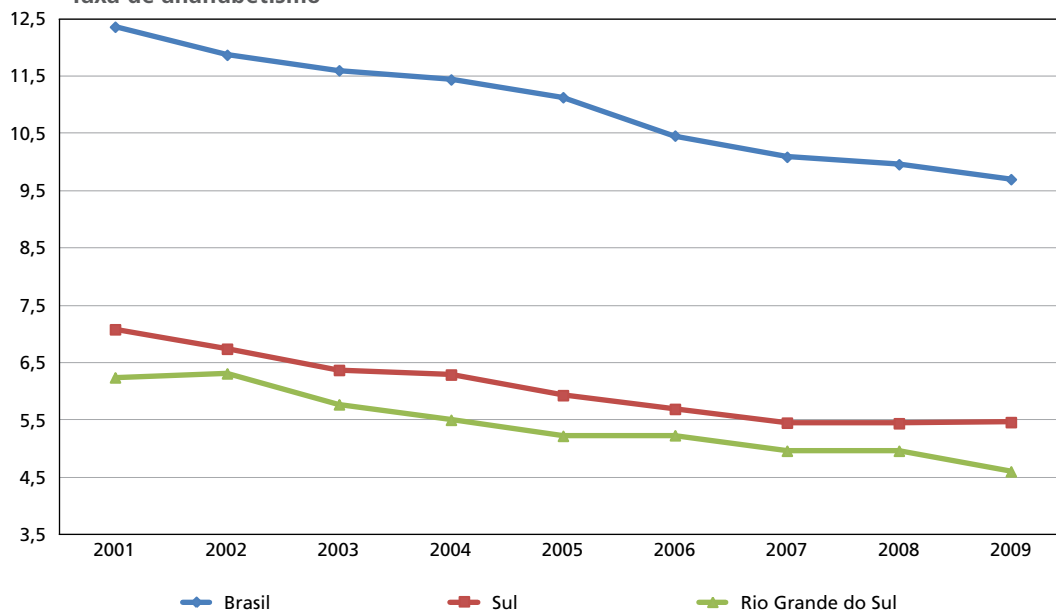
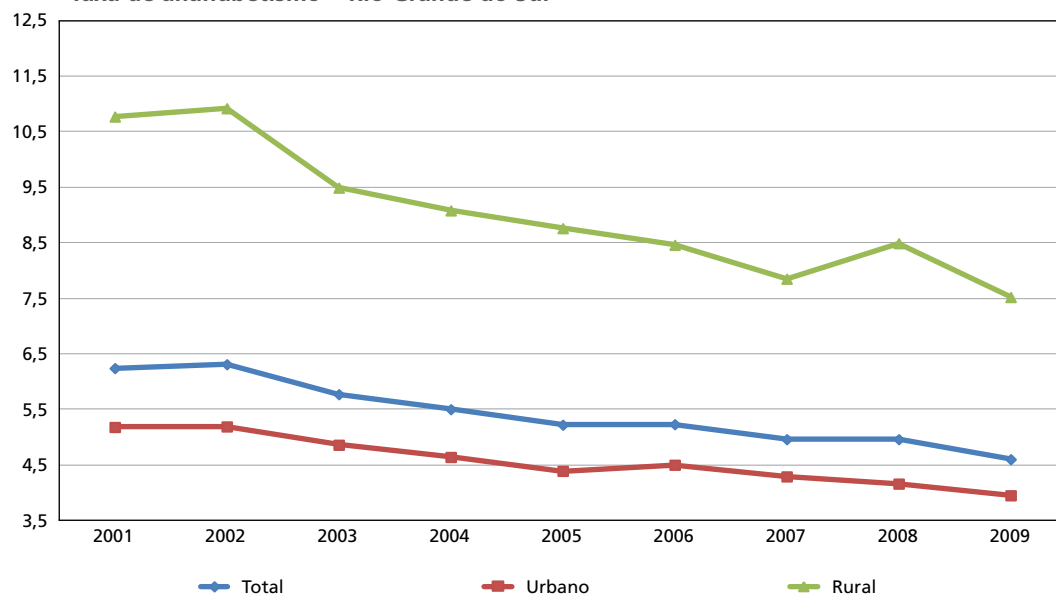


GRÁFICO 24
Taxa de analfabetismo – Rio Grande do Sul



Os índices referentes às populações rurais passaram de 10,8%, em 2001, para 7,5% em 2009, apontando a existência de desigualdades dentro do próprio estado.

SANEAMENTO E HABITAÇÃO

No Rio Grande do Sul, acessos adequados a abastecimento de água estão além da média nacional e aquém da do Sul.

Durante o período em questão, a água encanada no Brasil aumentou sua cobertura, passando de 81,4%, em 2001, para 87,7%, em 2009. Nesse mesmo período, o Rio Grande do Sul passa de 91,8% a 94,3% da população atendida. O aumento foi particularmente considerável no contexto rural, cuja cobertura cresce de 88,2% para 95,8%, superando a população urbana.

GRÁFICO 25
Abastecimento adequado de água
(Em %)

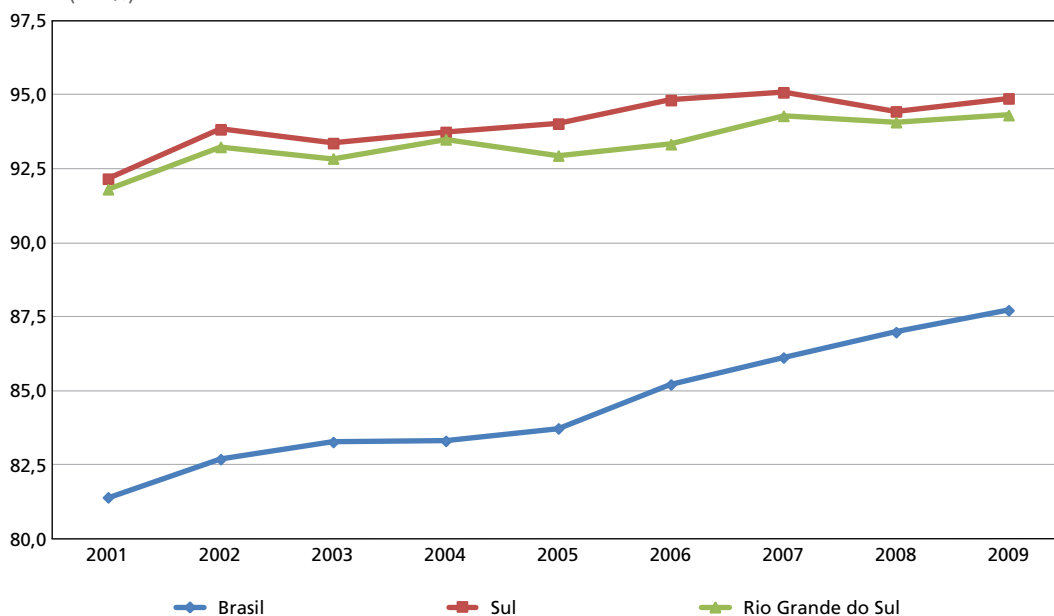
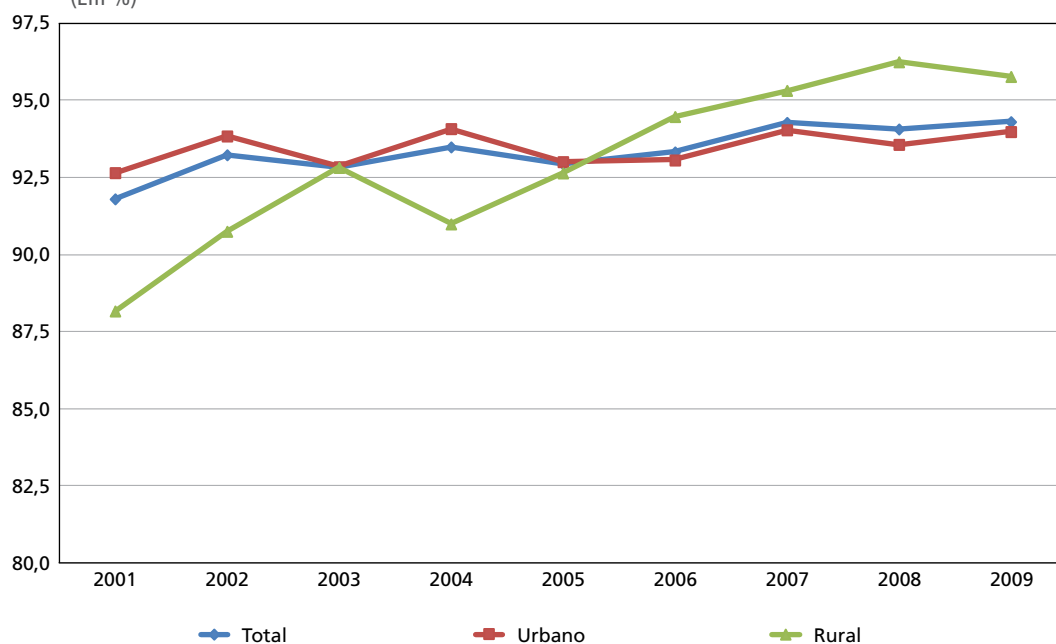


GRÁFICO 26
Abastecimento adequado de água – Rio Grande do Sul
(Em %)



Com relação à energia elétrica, o Rio Grande do Sul encontra-se em melhor situação do que a média brasileira. Este serviço está praticamente universalizado, inclusive na área rural do estado, onde 98,9% da população estavam cobertas, segundo a PNAD 2009.

GRÁFICO 27
Acesso à energia elétrica

(Em %)

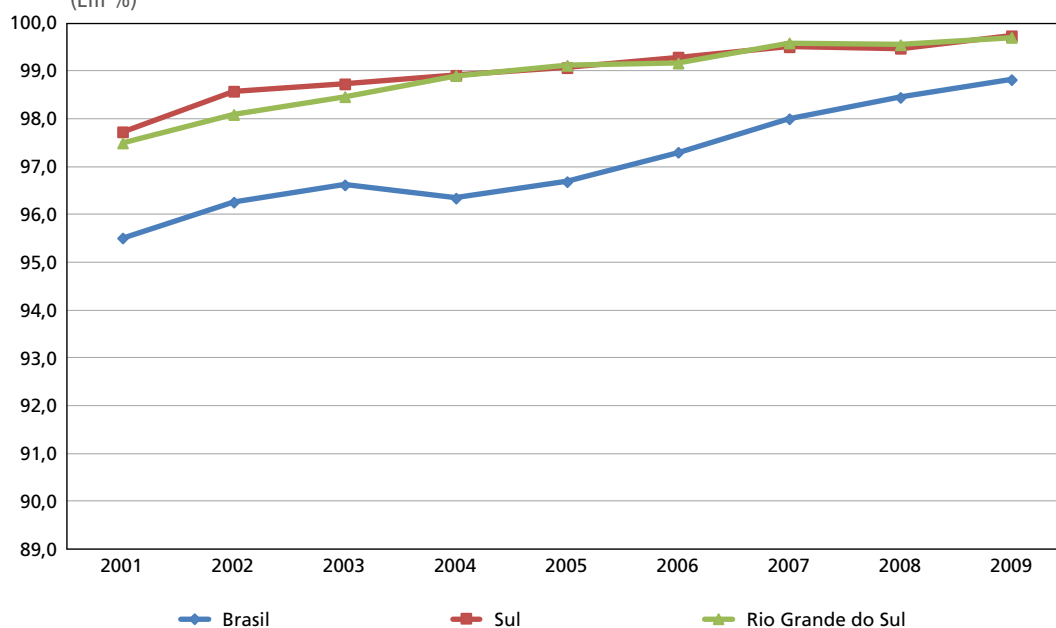
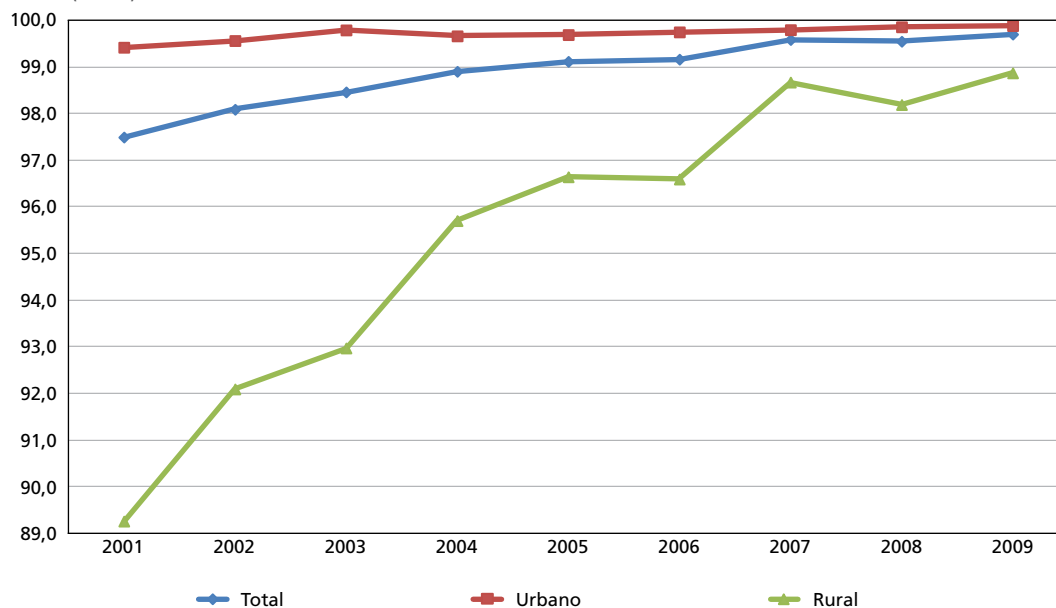


GRÁFICO 28
Acesso à energia elétrica – Rio Grande do Sul

(Em %)



CULTURA

Os indicadores selecionados de acesso a bens culturais mostram, em geral, que o Sul e, em especial o Rio Grande do Sul, superam a média nacional. As diferenças entre os espaços rurais e urbanos ainda não foram superadas.

O acesso a telefone celular no Brasil encontra-se em plena ascensão. Em 2001, a posse de celular, por pelo menos um morador do domicílio, atingia a cifra de 31%. Esta cobertura subiu para 81,1%, em 2009. As trajetórias do Sul e do Rio Grande do Sul seguem de perto a nacional, chegando, em 2009, à cobertura de 88,3% e 92%, respectivamente.

No Rio Grande do Sul, ainda há desigualdades de cobertura entre as zonas urbanas e as rurais, mas estão claramente desaparecendo.

GRÁFICO 29
Telefone celular no domicílio
(Em %)

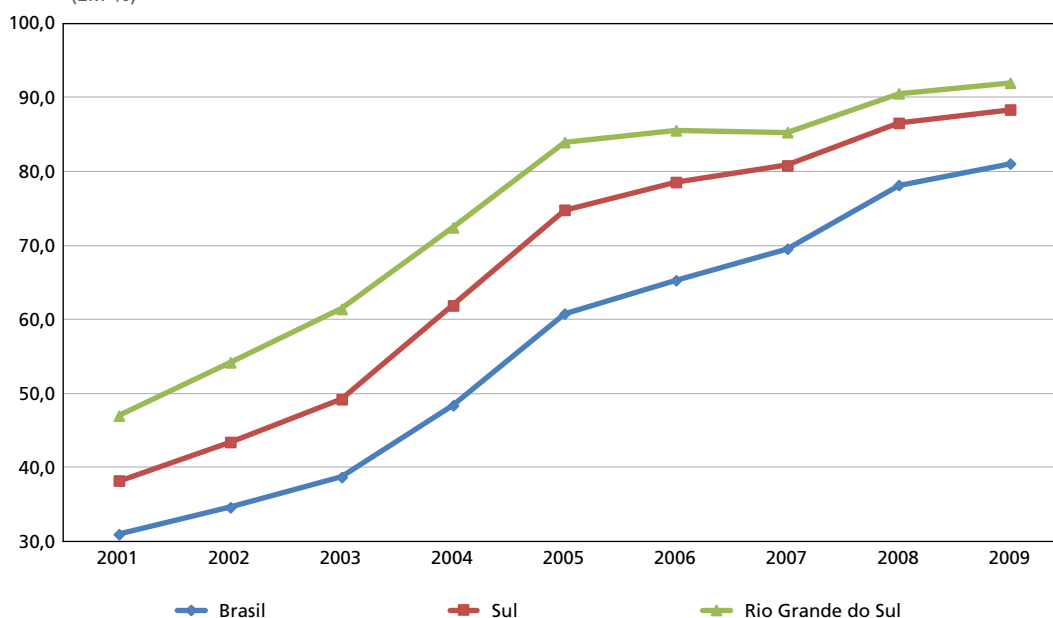
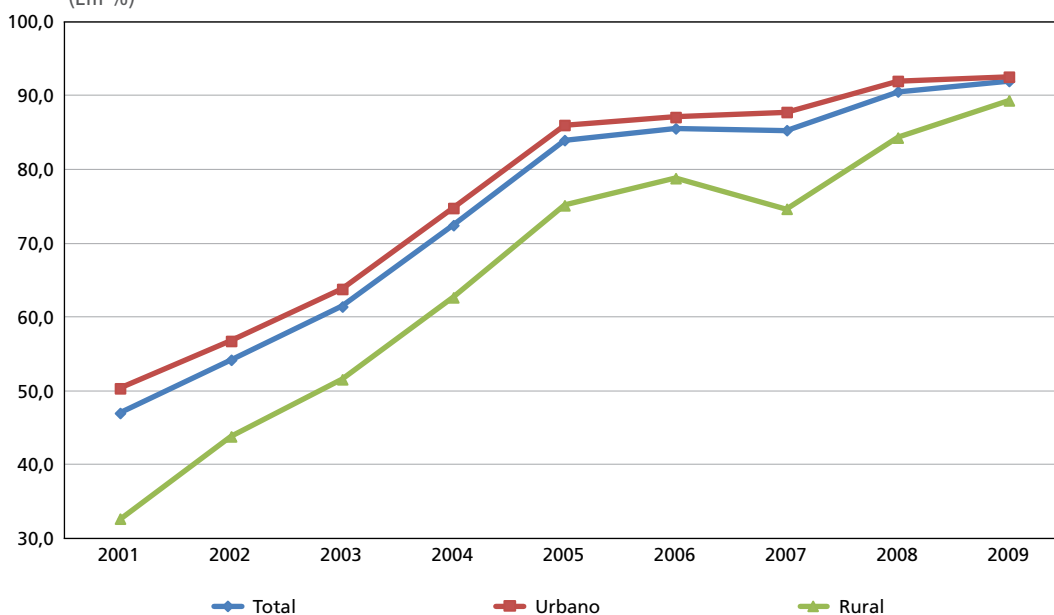


GRÁFICO 30
Telefone celular no domicílio – Rio Grande do Sul

(Em %)



Com relação ao acesso à internet, é plausível afirmar que esse item ainda pode ser considerado um “luxo”, mesmo em nível nacional, pois apenas 28,1% da população brasileira o possuíam em 2009. Apesar da velocidade de sua expansão nos últimos anos, a população rural está praticamente alijada desse processo. No Rio Grande do Sul, a internet no domicílio ainda é usufruto da minoria. A taxa de acesso é de 38% para a população urbana e de apenas 9,8% para a rural.

GRÁFICO 31
Acesso à internet

(Em %)

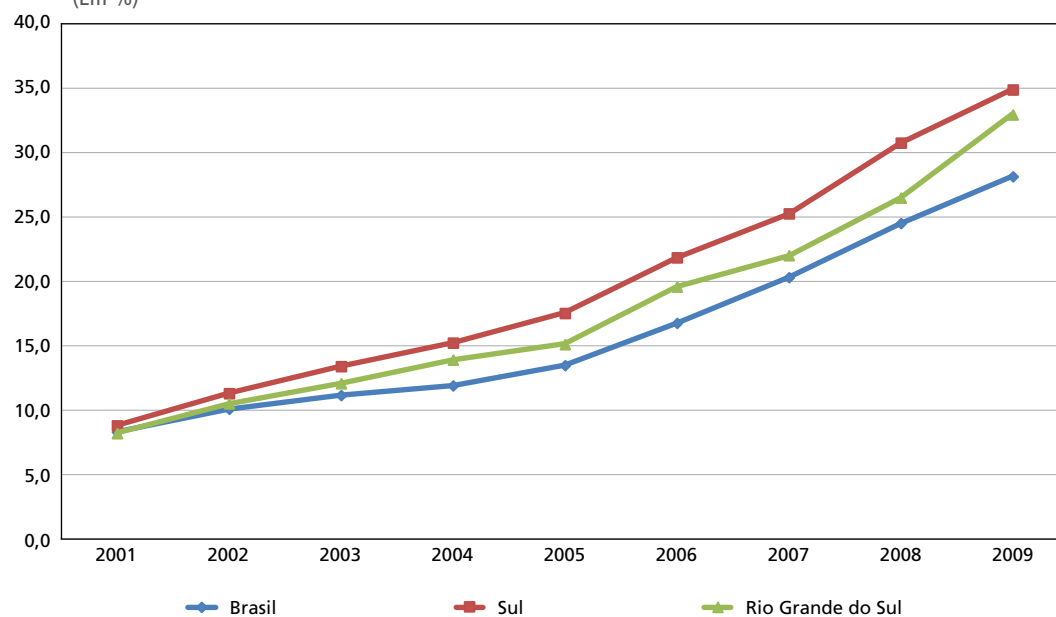
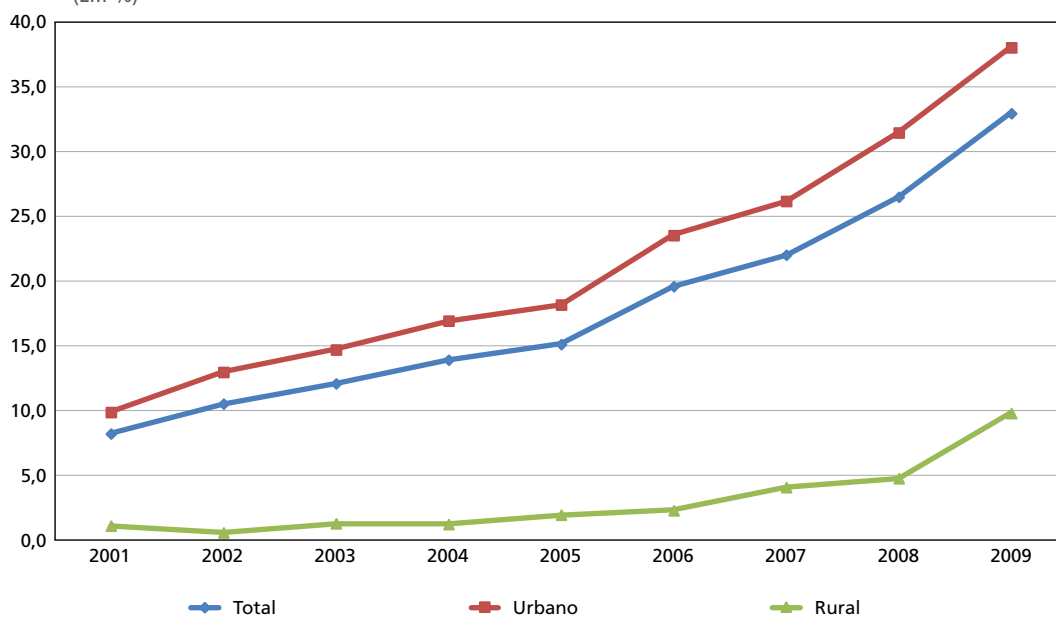


GRÁFICO 32
Acesso à internet – Rio Grande do Sul

(Em %)



OUTRAS PERSPECTIVAS

O texto anterior é uma leitura, entre tantas possíveis, da evolução das condições de vida das populações, por unidade da Federação (UF). Os anexos a seguir oferecem uma série de 34 indicadores para que o leitor criativo faça suas próprias análises. Fechamos aqui a nossa parte, abrindo oportunidade para a projeção de outras perspectivas.

ANEXOS

ANEXO 1

Dados estatísticos

TABELA 1
Indicadores de demografia

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	170.681.542	173.257.720	175.736.541	181.454.363	183.680.670	185.750.667	187.572.564	189.545.662	191.478.573
		Urbano	143.176.178	145.756.534	148.091.222	150.546.852	151.991.829	154.585.253	156.393.725	158.774.197	160.781.907
		Rural	27.505.364	27.501.186	27.645.319	30.907.511	31.688.841	31.165.414	31.178.839	30.771.465	30.696.666
População residente	Sul	Total	25.689.404	25.971.708	26.276.141	26.544.086	26.807.704	27.067.531	27.277.078	27.507.167	27.732.087
		Urbano	20.920.361	21.155.346	21.579.792	21.774.520	22.103.789	22.418.412	22.608.158	22.833.025	23.083.492
		Rural	4.769.043	4.816.362	4.696.349	4.769.566	4.703.915	4.649.119	4.668.920	4.674.142	4.648.595
Rio Grande do Sul		Total	10.376.156	10.440.731	10.527.907	10.600.192	10.662.846	10.732.614	10.786.420	10.843.008	10.906.334
		Urbano	8.408.969	8.380.616	8.475.619	8.564.545	8.654.770	8.741.879	8.760.787	8.825.211	8.940.949
		Rural	1.967.187	2.060.115	2.052.288	2.035.647	2.008.076	1.990.735	2.025.633	2.017.797	1.965.385
Brasil		Total	2,22	2,15	2,08	2,05	2,01	1,95	1,90	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de fecundidade	Sul	Total	1,91	1,85	1,77	1,80	1,76	1,69	1,62	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul		Total	1,91	1,84	1,76	1,79	1,72	1,65	1,55	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	44,15	42,67	41,32	40,98	39,67	38,61	37,56	36,08	35,23
		Urbano	42,20	40,85	39,60	38,88	37,51	36,65	35,77	34,37	33,68
		Rural	55,24	53,16	51,30	52,16	51,00	49,20	47,33	45,68	44,00
Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos)		Total	40,14	38,75	37,46	36,65	35,79	34,83	33,22	32,64	31,23
	Sul	Urbano	39,69	37,84	37,16	36,03	35,22	34,32	32,69	32,17	31,01
		Rural	42,13	42,91	38,85	39,58	38,51	37,33	35,80	34,99	32,29
Rio Grande do Sul		Total	38,43	36,43	35,21	34,81	33,93	33,24	31,33	30,93	29,98
		Urbano	38,43	36,20	35,45	34,76	33,90	32,90	31,44	30,70	30,17
		Rural	38,42	37,37	34,23	35,02	34,05	34,72	30,84	31,94	29,12
Brasil		Total	13,04	13,31	13,58	13,68	13,77	14,12	14,47	15,09	15,33
		Urbano	12,62	12,98	13,27	13,43	13,60	13,86	14,18	14,83	15,07
		Rural	15,45	15,22	15,39	15,03	14,69	15,52	16,05	16,51	16,83
Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais)		Total	13,71	13,82	14,25	14,29	14,55	14,76	15,22	16,05	16,10
	Sul	Urbano	12,97	13,35	13,72	13,74	14,01	14,14	14,67	15,52	15,60
		Rural	17,04	15,97	16,68	16,85	17,14	17,84	17,93	18,68	18,63
Rio Grande do Sul		Total	15,17	15,68	16,41	16,14	16,43	16,60	16,94	17,63	17,85
		Urbano	14,13	14,81	15,87	15,33	15,56	15,60	16,23	16,71	17,35
		Rural	19,59	19,26	18,60	19,55	20,16	21,06	20,01	21,68	20,13
Brasil		Total	145,462	130,676	149,170	157,737	153,349	204,824	131,968	130,435	195,953
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo migratório		Total	43,668	55,130	76,918	72,661	120,282	103,349	70,309	75,578	147,144
	Sul	Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul		Total	-19,342	-29,617	-28,563	-28,499	-7,817	-29,121	-42,112	-38,160	-7,095
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 2

Indicadores de previdência e seguridade social

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	77,42	77,71	77,99	77,41	78,19	76,75	76,17	77,21	77,37
		Urbano	75,76	76,16	76,26	75,83	76,69	75,15	74,76	75,47	75,56
		Rural	85,09	85,31	86,63	84,95	85,49	84,50	82,93	85,93	86,49
Cobertura da população idosa		Total	81,66	81,79	81,13	81,30	81,96	81,96	80,40	82,54	82,34
	Sul	Urbano	79,07	79,55	78,29	78,95	79,88	79,62	78,30	79,97	80,19
		Rural	90,46	90,34	92,03	90,29	90,14	91,12	88,94	93,16	91,38
Rio Grande do Sul		Total	84,00	83,74	84,03	83,51	84,23	84,32	82,37	84,89	83,33
		Urbano	81,15	81,24	81,30	81,34	82,22	81,75	80,06	82,02	80,97
		Rural	92,79	91,66	93,54	90,68	90,92	92,79	90,44	94,65	92,51
Brasil		Total	43,39	42,79	43,48	43,99	44,59	46,22	48,02	49,80	50,48
		Urbano	48,77	48,03	48,60	49,54	50,11	51,54	53,24	54,83	55,29
		Rural	16,65	16,32	17,29	18,00	18,95	20,53	22,20	23,89	25,23
Proporção de contribuintes na população economicamente ativa (PEA)		Total	48,54	48,44	49,72	52,03	52,50	53,73	56,64	57,88	59,01
	Sul	Urbano	56,03	55,57	56,53	58,71	58,78	59,03	61,49	63,29	63,61
		Rural	20,06	21,20	23,28	25,19	26,75	31,46	35,41	34,21	38,25
Rio Grande do Sul		Total	48,22	47,49	47,95	50,37	50,75	51,56	53,63	55,93	56,63
		Urbano	56,00	55,62	56,00	58,51	58,28	57,79	59,74	62,16	61,98
		Rural	20,75	20,00	21,17	22,30	24,06	28,46	30,88	32,35	35,98
Brasil		Total	20,50	20,60	20,70	20,80	20,90	21,10	21,20	21,30	–
		Urbano	–	–	–	–	–	–	–	–	–
		Rural	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Esperança de vida aos 60 anos		Total	20,70	20,80	20,90	21,00	21,10	21,30	21,40	21,50	–
	Sul	Urbano	–	–	–	–	–	–	–	–	–
		Rural	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rio Grande do Sul		Total	20,70	20,80	21,00	21,10	21,20	21,30	21,40	21,60	–
		Urbano	–	–	–	–	–	–	–	–	–
		Rural	–	–	–	–	–	–	–	–	–

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	18,30	18,76	19,80	19,95	20,04	20,30	19,89	20,34	20,74
		Urbano	17,96	18,39	19,43	19,57	19,57	19,71	19,14	19,64	20,01
		Rural	23,08	24,13	24,65	24,33	25,57	27,47	28,45	28,52	29,16
Transferências na renda (%)	Sul	Total	18,87	18,96	19,52	18,88	19,45	19,88	19,56	19,91	20,05
		Urbano	18,62	18,94	19,46	18,68	19,07	19,40	19,27	19,46	19,64
		Rural	21,11	19,08	19,98	20,51	22,90	23,76	21,96	23,77	23,38
Rio Grande do Sul		Total	22,14	21,87	23,70	22,45	23,32	23,44	23,40	23,86	23,99
		Urbano	22,00	21,78	23,65	22,34	22,84	22,85	23,13	23,31	24,08
		Rural	23,34	22,68	24,02	23,22	27,27	27,86	25,27	28,00	23,38

Fontes: PNADs 2001-2009/IBGE e Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 3
Indicadores de pobreza e desigualdade

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	10,54	9,48	10,87	8,86	7,51	6,33	6,18	5,13	5,16
		Urbano	7,69	6,92	8,31	6,45	5,24	4,21	4,44	3,55	3,70
		Rural	25,36	22,94	24,55	20,48	18,31	16,73	14,85	13,11	12,64
Extrema pobreza	Sul	Total	5,22	4,13	4,62	3,70	3,21	2,55	2,45	1,98	2,05
		Urbano	3,79	3,23	3,97	2,77	2,51	1,92	2,09	1,62	1,78
		Rural	11,46	8,08	7,58	7,95	6,44	5,57	4,18	3,72	3,34
Rio Grande do Sul		Total	4,69	4,68	5,18	4,22	3,67	3,32	3,23	2,15	2,16
		Urbano	3,40	3,86	4,49	3,16	2,94	2,51	2,85	1,68	1,90
		Rural	10,21	8,02	8,07	8,68	6,80	6,86	4,88	4,17	3,30

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	Brasil	Total	511,45	511,93	481,86	493,01	522,76	571,69	587,22	614,99	631,71
		Urbano	569,25	569,56	531,13	547,32	582,54	634,88	647,90	677,37	693,36
		Rural	210,23	207,77	218,79	231,09	237,55	260,98	285,18	297,80	314,25
	Sul	Total	597,16	591,03	588,25	617,21	636,58	687,82	726,35	750,90	778,66
		Urbano	659,15	649,51	632,64	669,62	694,18	740,20	780,11	810,03	833,08
		Rural	326,19	335,26	383,88	377,74	367,02	435,11	463,42	464,23	511,40
Índice de Gini	Rio Grande do Sul	Total	625,70	618,22	609,21	630,56	637,41	689,54	699,04	753,96	773,28
		Urbano	694,39	686,21	669,36	688,66	699,31	747,95	753,28	818,25	821,30
		Rural	332,75	344,05	359,93	387,17	371,44	434,65	463,98	476,22	559,95
	Brasil	Total	59,44	58,79	58,15	57,04	56,75	56,08	55,40	54,41	54,01
		Urbano	58,16	57,64	57,11	55,97	55,68	55,02	54,33	53,38	53,16
		Rural	53,87	51,33	53,17	51,78	50,51	50,11	51,26	49,67	49,02
Índice de Gini	Sul	Total	54,57	52,72	52,86	51,92	51,29	50,38	50,24	49,17	48,79
		Urbano	53,92	52,21	52,75	51,79	51,13	50,20	49,99	49,02	48,93
		Rural	49,68	47,27	48,51	46,39	43,65	45,74	46,25	43,50	42,88
	Rio Grande do Sul	Total	55,29	54,67	53,76	52,59	51,82	51,30	50,33	50,21	49,69
		Urbano	54,99	54,58	54,10	52,72	51,89	51,34	50,47	50,29	50,17
		Rural	47,69	46,46	44,45	45,62	42,97	45,37	45,16	43,87	44,27

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 4
Indicadores de saúde

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	26,30	24,90	23,90	22,60	21,40	20,70	20,00	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de mortalidade infantil	Sul	Total	16,40	16,10	15,80	15,00	13,80	13,30	12,90	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul		Total	15,80	15,60	16,00	15,20	13,70	13,10	12,80	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil		Total	101,40	105,70	108,40	100,20	96,40	98,90	94,30	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos)	Sul	Total	57,60	66,30	70,60	75,90	80,00	78,00	81,70	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul		Total	61,40	66,20	65,30	69,10	70,10	65,70	74,00	-	-
		Urbano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ripsa/MS.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 5
Indicadores de trabalho e renda

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	9,20	8,96	9,59	8,75	9,13	8,28	7,98	6,98	8,16
		Urbano	10,54	10,24	10,97	10,05	10,48	9,37	9,00	7,85	9,11
		Rural	2,54	2,50	2,53	2,68	2,84	3,03	2,90	2,51	3,18
Taxa de desemprego	Sul	Total	6,39	6,18	6,59	5,55	5,92	5,81	5,57	4,73	5,77
		Urbano	7,71	7,42	7,90	6,50	6,99	6,73	6,45	5,45	6,57
		Rural	1,37	1,46	1,51	1,75	1,55	1,92	1,68	1,60	2,16
Rio Grande do Sul		Total	6,60	6,69	6,94	5,89	6,32	6,07	6,42	5,32	5,99
		Urbano	8,20	8,31	8,53	7,18	7,69	7,26	7,67	6,35	7,09
		Rural	0,94	1,23	1,63	1,42	1,45	1,67	1,76	1,43	1,73
Brasil		Total	1.039,41	1.008,98	937,06	932,51	971,83	1.041,94	1.075,05	1.090,46	1.116,39
		Urbano	1.124,17	1.089,40	1.004,02	1.000,74	1.047,07	1.119,68	1.147,43	1.162,13	1.188,98
		Rural	488,46	471,53	489,77	512,51	513,53	547,38	597,11	606,31	625,45
Rendimento médio do trabalho (R\$)	Sul	Total	1.091,21	1.067,77	1.039,24	1.055,78	1.092,54	1.156,17	1.199,94	1.222,32	1.261,34
		Urbano	1.159,65	1.128,32	1.084,05	1.104,04	1.152,82	1.206,30	1.246,33	1.284,53	1.309,42
		Rural	714,47	734,65	793,75	778,65	740,03	858,08	916,03	855,75	964,18
Rio Grande do Sul		Total	1.087,50	1.082,19	1.017,79	1.046,35	1.055,06	1.116,83	1.132,09	1.189,58	1.216,45
		Urbano	1.161,04	1.158,90	1.087,07	1.107,75	1.121,75	1.177,26	1.181,48	1.255,93	1.249,63
		Rural	697,24	702,43	690,02	738,62	703,37	796,85	873,33	840,26	1.038,87
Brasil		Total	68,09	68,88	68,94	69,63	70,36	70,06	69,61	69,60	69,67
		Urbano	66,65	67,47	67,59	68,13	68,89	68,76	68,55	68,70	68,90
		Rural	76,22	76,98	76,80	77,66	78,12	77,13	75,38	74,62	74,02
Taxa de participação	Sul	Total	72,81	73,53	73,71	74,00	73,88	73,83	73,37	72,63	72,86
		Urbano	70,58	71,07	71,22	71,90	71,73	71,74	71,78	70,99	71,53
		Rural	82,77	84,76	85,29	83,87	84,24	84,13	81,26	80,84	79,49
Rio Grande do Sul		Total	73,86	73,83	74,39	73,88	74,25	73,65	72,85	72,50	72,46
		Urbano	71,04	70,86	71,17	70,84	71,33	71,03	70,78	70,35	70,30
		Rural	85,93	86,00	87,58	86,66	86,86	85,31	81,76	81,98	82,22

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 6
Indicadores de educação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	6,36	6,54	6,72	6,82	6,95	7,14	7,26	7,42	7,55
		Urbano	6,89	7,06	7,22	7,36	7,49	7,68	7,78	7,92	8,04
		Rural	3,42	3,62	3,83	3,98	4,14	4,30	4,47	4,64	4,78
Média de anos de estudos	Sul	Total	6,76	6,96	7,17	7,28	7,40	7,56	7,61	7,84	7,93
		Urbano	7,25	7,43	7,63	7,75	7,88	8,01	8,05	8,27	8,36
		Rural	4,59	4,83	5,02	5,08	5,10	5,37	5,43	5,67	5,75
Rio Grande do Sul		Total	6,82	6,99	7,16	7,30	7,37	7,51	7,52	7,72	7,82
		Urbano	7,32	7,52	7,68	7,82	7,89	8,01	8,01	8,20	8,25
		Rural	4,69	4,82	5,03	5,13	5,14	5,32	5,38	5,63	5,90
Brasil		Total	12,36	11,87	11,60	11,44	11,13	10,46	10,09	9,96	9,70
		Urbano	9,46	9,09	8,88	8,72	8,45	7,89	7,62	7,52	7,37
		Rural	28,72	27,72	27,25	25,88	25,10	24,28	23,41	23,53	22,77
Taxa de analfabetismo	Sul	Total	7,08	6,74	6,37	6,29	5,93	5,69	5,45	5,44	5,46
		Urbano	6,00	5,84	5,53	5,40	5,13	4,94	4,77	4,70	4,63
		Rural	11,89	10,83	10,25	10,39	9,78	9,40	8,84	9,13	9,58
Rio Grande do Sul		Total	6,24	6,31	5,77	5,50	5,22	5,23	4,96	4,96	4,60
		Urbano	5,18	5,19	4,86	4,64	4,39	4,50	4,29	4,16	3,95
		Rural	10,77	10,92	9,49	9,08	8,76	8,46	7,85	8,49	7,52
Brasil		Total	25,88	27,42	28,75	31,20	31,11	33,64	35,69	37,25	38,08
		Urbano	28,09	29,85	31,19	34,33	34,15	36,56	38,41	39,84	40,23
		Rural	16,19	16,42	17,56	18,76	19,30	21,96	24,03	26,02	28,39
Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos	Sul	Total	21,80	24,21	26,30	29,44	28,42	30,86	34,25	36,93	36,84
		Urbano	24,58	27,55	29,31	33,67	31,52	34,07	37,37	40,45	40,06
		Rural	8,92	9,98	12,77	10,88	13,11	15,32	18,40	19,67	20,52
Rio Grande do Sul		Total	17,94	19,36	20,64	22,88	21,55	26,82	28,44	30,47	31,49
		Urbano	20,71	22,11	23,63	26,63	24,16	29,84	30,59	33,59	34,34
		Rural	5,17	7,32	7,43	7,27	9,03	12,28	18,14	14,88	18,11

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos)	Brasil	Total	85,16	85,74	86,03	86,37	86,89	87,71	89,41	90,07	91,09
		Urbano	85,54	85,98	86,38	86,68	87,22	87,96	89,58	90,28	91,28
		Rural	83,51	84,67	84,50	85,13	85,64	86,69	88,70	89,18	90,25
	Sul	Total	87,25	88,20	88,23	88,42	88,58	88,80	91,17	92,06	92,74
		Urbano	87,10	88,19	88,04	88,07	88,53	88,95	91,30	92,53	92,72
		Rural	87,85	88,24	89,06	89,91	88,78	88,17	90,59	89,97	92,87
	Rio Grande do Sul	Total	86,57	87,66	87,65	87,77	88,00	88,18	90,93	91,61	92,64
		Urbano	85,96	87,47	87,11	86,85	88,00	88,30	90,94	91,89	92,23
		Rural	89,12	88,36	89,88	91,73	88,02	87,72	90,85	90,48	94,59
	Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos)	Brasil	Total	36,86	40,00	43,03	44,26	45,22	47,00	47,89	50,44
Urbano			41,13	44,57	47,48	49,32	50,29	51,79	52,06	54,36	54,40
Rural			17,01	18,51	21,68	22,02	24,58	26,78	30,60	33,31	35,69
Sul		Total	47,81	50,85	52,72	53,36	53,65	54,88	55,04	56,46	57,43
		Urbano	50,28	53,68	54,75	54,60	55,51	55,78	56,51	58,52	58,87
		Rural	37,92	38,58	43,21	48,21	45,63	50,42	48,72	47,03	50,87
Rio Grande do Sul		Total	45,13	48,71	49,67	51,62	49,51	52,50	51,59	52,87	53,06
		Urbano	46,54	51,89	51,76	53,31	50,78	53,90	53,30	54,11	54,14
		Rural	38,97	35,68	40,94	45,31	44,39	46,02	45,18	47,85	48,24
Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos)		Brasil	Total	10,24	11,19	12,14	12,35	13,13	14,58	15,46	16,19
	Urbano		11,72	12,81	13,90	14,40	15,20	16,80	17,68	18,39	19,68
	Rural		1,55	1,84	1,84	1,84	2,51	2,65	3,56	3,90	4,98
	Sul	Total	14,10	15,27	17,43	17,79	18,92	20,03	19,77	22,10	22,84
		Urbano	16,21	17,27	19,82	20,03	20,76	22,14	21,35	24,13	24,96
		Rural	2,86	4,39	4,74	5,76	8,12	7,54	10,15	10,10	10,85
	Rio Grande do Sul	Total	13,71	16,55	18,10	16,45	18,02	18,97	17,74	20,69	20,26
		Urbano	15,35	18,55	20,53	18,48	19,32	20,79	19,14	22,92	22,62
		Rural	3,99	5,31	5,53	5,81	10,96	7,71	9,84	8,00	8,83

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

TABELA 7
Indicadores de saneamento e habitação

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	81,40	82,69	83,27	83,31	83,73	85,21	86,12	86,98	87,72
		Urbano	87,71	88,52	88,77	89,46	89,73	90,86	91,23	91,61	92,00
		Rural	48,53	51,79	53,82	53,32	54,94	57,22	60,48	63,10	65,31
Abastecimen- to adequado de água	Sul	Total	92,16	93,83	93,36	93,74	94,02	94,81	95,07	94,43	94,87
		Urbano	93,28	94,35	93,84	94,09	94,16	94,80	95,03	94,22	94,99
		Rural	87,25	91,52	91,17	92,13	93,37	94,88	95,31	95,48	94,27
Rio Grande do Sul		Total	91,80	93,23	92,84	93,49	92,94	93,32	94,28	94,07	94,31
		Urbano	92,65	93,84	92,84	94,08	93,01	93,06	94,04	93,57	93,98
		Rural	88,17	90,75	92,82	90,99	92,64	94,47	95,32	96,25	95,77
Brasil		Total	95,51	96,26	96,62	96,34	96,68	97,30	98,00	98,45	98,82
		Urbano	99,21	99,42	99,53	99,60	99,64	99,72	99,83	99,84	99,87
		Rural	76,24	79,48	81,02	80,46	82,53	85,27	88,83	91,24	93,29
Acesso à energia elétrica	Sul	Total	97,73	98,58	98,73	98,91	99,07	99,29	99,51	99,48	99,73
		Urbano	99,41	99,62	99,73	99,63	99,64	99,79	99,82	99,85	99,91
		Rural	90,35	93,99	94,14	95,64	96,41	96,88	97,97	97,67	98,84
Rio Grande do Sul		Total	97,49	98,09	98,46	98,90	99,12	99,16	99,59	99,55	99,70
		Urbano	99,42	99,56	99,79	99,66	99,69	99,75	99,80	99,86	99,89
		Rural	89,26	92,09	92,97	95,70	96,64	96,59	98,67	98,19	98,87
Brasil		Total	58,47	59,35	59,70	59,37	59,38	60,10	61,99	62,21	62,01
		Urbano	63,15	64,00	64,47	64,53	64,76	65,20	67,01	67,14	66,89
		Rural	21,50	23,75	24,25	25,21	24,95	26,89	30,20	30,51	30,83
Esgotamento sanitário adequado	Sul	Total	54,24	57,13	57,62	57,83	60,92	61,12	63,27	60,77	64,04
		Urbano	58,71	60,73	60,94	61,78	64,15	64,01	66,28	64,45	66,85
		Rural	33,02	40,50	41,91	39,00	45,10	46,76	48,25	42,16	49,69
Rio Grande do Sul		Total	57,83	63,17	62,87	64,44	64,30	64,07	66,73	60,16	62,48
		Urbano	62,26	67,26	65,96	67,94	66,78	66,54	68,87	63,88	64,42
		Rural	37,33	45,52	49,56	48,88	53,28	52,84	57,20	43,14	53,53

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	81,49	82,97	83,89	82,81	83,83	84,94	85,83	86,63	87,59
		Urbano	94,29	95,34	95,98	95,70	96,60	97,12	97,59	97,84	98,27
		Rural	14,85	17,38	19,09	20,04	22,56	24,55	26,82	28,78	31,65
Coleta de lixo	Sul	Total	83,57	84,26	86,00	86,46	87,16	88,93	89,88	90,35	91,18
		Urbano	98,16	98,32	98,69	98,70	98,84	99,24	99,45	99,38	99,58
		Rural	19,60	22,47	27,69	30,57	32,31	39,22	43,51	46,25	49,44
Rio Grande do Sul		Total	83,70	83,88	85,54	86,46	86,72	88,88	90,14	90,46	91,47
		Urbano	98,20	98,36	98,70	98,97	98,74	99,48	99,65	99,45	99,57
		Rural	21,73	24,97	31,16	33,81	34,89	42,35	49,00	51,10	54,61
Brasil		Total	36,07	37,68	39,09	39,01	39,42	40,76	43,08	43,93	44,22
		Urbano	42,24	43,89	45,30	45,76	46,26	47,48	49,81	50,54	50,58
		Rural	4,01	4,83	5,89	6,19	6,67	7,46	9,37	9,88	10,94
Proporção de domicílios adequados	Sul	Total	38,51	40,93	41,86	42,93	45,13	46,21	49,10	47,78	50,52
		Urbano	45,35	47,89	48,01	49,34	51,20	51,87	54,85	53,10	55,58
		Rural	8,54	10,38	13,66	13,68	16,61	18,85	21,26	21,76	25,39
Rio Grande do Sul		Total	39,22	43,63	43,68	45,41	45,27	45,51	48,77	46,22	47,66
		Urbano	45,89	51,24	50,09	52,08	51,41	51,31	53,93	51,06	51,76
		Rural	10,70	12,67	17,26	17,38	18,76	20,01	26,48	25,05	29,05

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

TABELA 8
Indicadores de cultura

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	Brasil	Total	8,31	10,10	11,17	11,92	13,49	16,77	20,31	24,51	28,14
		Urbano	9,84	11,92	13,13	14,20	16,08	19,87	23,92	28,60	32,70
		Rural	0,39	0,45	0,66	0,77	1,06	1,36	2,22	3,41	4,25
Acesso à internet no domicílio	Sul	Total	8,82	11,31	13,41	15,24	17,53	21,85	25,26	30,75	34,87
		Urbano	10,65	13,73	16,06	18,20	20,84	25,71	29,53	35,76	40,11
		Rural	0,79	0,72	1,26	1,73	2,01	3,26	4,60	6,26	8,86
Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Total	8,21	10,53	12,09	13,92	15,12	19,59	22,02	26,49	32,94
		Urbano	9,88	12,97	14,70	16,93	18,17	23,53	26,17	31,45	38,02
		Rural	1,11	0,58	1,29	1,23	1,95	2,30	4,08	4,77	9,80
	Brasil	Total	12,46	14,05	15,10	16,17	18,42	22,17	27,07	32,26	36,00
		Urbano	14,63	16,41	17,60	19,08	21,71	26,00	31,45	37,04	41,23
		Rural	1,16	1,53	1,71	1,98	2,68	3,20	5,10	7,57	8,60
Existência de computador no domicílio	Sul	Total	14,31	16,93	18,46	20,89	24,08	29,53	35,05	41,59	45,81
		Urbano	17,08	20,06	21,58	24,30	27,83	33,96	39,86	46,72	50,97
		Rural	2,20	3,20	4,16	5,31	6,45	8,15	11,79	16,52	20,18
Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Total	13,47	15,76	17,48	19,10	22,00	26,72	31,42	37,73	44,24
		Urbano	16,03	18,95	20,80	22,69	25,83	31,25	36,33	43,09	49,42
		Rural	2,56	2,75	3,76	4,04	5,49	6,85	10,16	14,31	20,70
	Brasil	Total	50,20	51,69	49,74	47,57	46,72	45,47	44,21	43,57	42,34
		Urbano	58,52	59,83	57,42	55,60	54,69	52,83	51,26	50,27	48,77
		Rural	6,86	8,52	8,60	8,46	8,48	8,99	8,86	8,98	8,68
Existência de telefone fixo no domicílio	Sul	Total	52,19	58,08	58,91	55,62	54,38	51,62	49,18	49,19	47,41
		Urbano	61,27	67,84	68,02	64,23	62,40	58,68	55,71	55,91	53,67
		Rural	12,33	15,21	17,07	16,29	16,68	17,60	17,53	16,36	16,33
Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Total	48,52	54,57	54,71	51,48	48,38	45,99	43,56	43,58	42,08
		Urbano	56,53	64,15	63,61	59,88	55,96	52,95	49,87	50,31	47,95
		Rural	14,32	15,63	17,96	16,12	15,71	15,46	16,23	14,14	15,37

(Continua)

(Continuação)

Indicador	UF	Situação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil		Total	30,98	34,62	38,70	48,39	60,78	65,28	69,54	78,15	81,05
		Urbano	35,07	38,75	43,08	54,21	67,49	71,54	75,54	83,61	86,12
		Rural	9,71	12,69	15,30	20,03	28,58	34,25	39,44	49,94	54,49
Existência de telefone celular no domicílio	Sul	Total	38,23	43,44	49,22	61,88	74,80	78,56	80,79	86,54	88,34
		Urbano	41,68	46,32	51,83	65,18	78,49	81,42	83,56	89,07	90,08
		Rural	23,11	30,80	37,25	46,86	57,48	64,74	67,41	74,17	79,71
	Rio Grande do Sul	Total	46,99	54,20	61,41	72,43	83,95	85,54	85,29	90,53	91,96
		Urbano	50,34	56,75	63,79	74,75	86,00	87,07	87,76	91,96	92,53
		Rural	32,68	43,82	51,56	62,65	75,12	78,80	74,65	84,29	89,33
Brasil		Total	89,24	90,27	90,51	90,47	91,53	93,35	94,94	95,78	96,26
		Urbano	93,89	94,38	94,45	94,83	95,81	96,77	97,64	97,95	98,09
		Rural	65,03	68,51	69,39	69,25	71,00	76,40	81,35	84,61	86,69
Existência de televisão no domicílio	Sul	Total	92,76	93,59	93,74	94,34	95,59	96,18	96,81	97,09	97,40
		Urbano	95,04	95,40	95,61	95,67	96,83	97,25	97,80	98,03	98,01
		Rural	82,79	85,65	85,14	88,28	89,76	91,01	92,04	92,49	94,33
	Rio Grande do Sul	Total	93,46	94,01	94,41	95,08	96,67	96,79	97,37	97,35	98,12
		Urbano	95,89	96,14	96,97	96,60	97,65	97,93	98,29	98,43	98,72
		Rural	83,11	85,33	83,83	88,66	92,44	91,80	93,43	92,61	95,43
Brasil		Total	88,31	88,14	88,04	87,98	88,28	88,04	88,34	89,16	88,12
		Urbano	89,33	89,21	88,84	89,31	89,56	89,18	89,27	90,19	89,25
		Rural	82,96	82,44	83,75	81,53	82,11	82,40	83,66	83,86	82,18
Existência de rádio no domicílio	Sul	Total	93,83	94,15	94,06	94,17	94,83	94,89	94,33	95,37	93,88
		Urbano	93,77	94,09	93,85	94,07	94,73	94,86	94,12	95,19	93,63
		Rural	94,11	94,40	95,04	94,63	95,31	95,01	95,37	96,27	95,11
	Rio Grande do Sul	Total	95,63	95,76	95,47	95,61	96,10	96,49	95,51	96,25	95,91
		Urbano	95,73	95,40	95,12	95,32	95,76	96,45	95,06	96,11	95,59
		Rural	95,19	97,25	96,91	96,84	97,56	96,68	97,47	96,88	97,40

Fonte: PNADs 2001-2009/IBGE.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/lpea.

ANEXO 2

Glossário de indicadores – informações por estados

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Para construção dos indicadores, foram utilizadas as fontes Ripsa/MS e PNAD/IBGE.
- Todos os indicadores com fonte PNAD/IBGE foram elaborados para a população residente em domicílios particulares permanentes.
- O critério utilizado para a classificação da população em urbana e rural para indicadores com fonte PNAD/IBGE é o mesmo para a classificação da situação do domicílio. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.
- Pessoas ocupadas: foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período ou que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve etc.
- Pessoas desocupadas: foram classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.
- PEA: as pessoas economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.
- População não economicamente ativa: as pessoas não economicamente ativas na semana de referência compuseram-se das pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período.

DEMOGRAFIA

População residente – PNAD/IBGE

Total de pessoas que tem a unidade domiciliar como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

Taxa de fecundidade – Ripsa/MS

Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por mulher ao fim do seu período reprodutivo, em determinado espaço geográfico.

A taxa é estimada para um ano no calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos.

Método de cálculo:

- A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para cada idade das mulheres residentes de 15 a 49 anos.
- As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos tidos por mulher, por ano das faixas etárias de 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44 e 45-49 anos. Essas taxas são estimadas por meio de metodologias demográficas sofisticadas, geralmente aplicadas a dados censitários e a pesquisas domiciliares.

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.5&lang=pt&version=ed4>>.

Razão de dependência demográfica – jovens (0 a 15 anos) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 0 a 15 anos de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 15 anos de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Razão de dependência demográfica – idosos (60 anos ou mais) – PNAD/IBGE

Razão entre o total de pessoas com 60 anos ou mais de idade e o total de pessoas com 16 anos ou mais de idade.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade}}{\text{População de 16 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Saldo migratório – PNAD/IBGE

É o saldo entre imigrantes (número de pessoas que entrou) e emigrantes (número de pessoas que saiu) de uma determinada unidade geográfica nos últimos cinco anos.

Método de cálculo:

$$\text{Saldo} = \text{imigrantes} - \text{emigrantes}$$

PREVIDÊNCIA E SEGURIDADE

Cobertura da população idosa – PNAD/IBGE

Proporção (em porcentagem) de idosos com 60 anos ou mais de idade que recebem aposentadoria e/ou pensão de instituto de previdência federal (Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), estadual ou municipal ou do governo federal na semana de referência. Para se obter esse dado de cobertura, elimina-se a dupla contagem naqueles casos em que a mesma pessoa recebe aposentadoria e pensão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 60 anos ou mais de idade que recebe aposentadoria e/ou pensão}}{\text{População de 60 anos ou mais de idade}} \times 100$$

Proporção de contribuintes na população economicamente ativa – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas economicamente ativas que contribuem para a previdência.

São consideradas as pessoas de 16 anos ou mais que fazem contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho na semana de referência, empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, além de pessoas que possuíam trabalho secundário da semana de referência, como militar do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica, funcionários públicos estatutários ou que tinham carteira de trabalho assinada nesse trabalho secundário.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA que contribui para previdência}}{\text{PEA}} \times 100$$

Esperança de vida aos 60 anos – PNAD/IBGE

Número médio de anos adicionais de vida que se espera para um sobrevivente de 60 anos, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo: a partir de tábuas de vida elaboradas para cada área geográfica, com base no método atuarial, toma-se o número de indivíduos de uma geração inicial de nascimentos que completou 60 anos de idade (l_{60}). Determina-se, a seguir, o tempo cumulativo vivido por essa mesma geração, desde os 60 anos até a idade limite (T_{60}). A esperança de vida ao nascer é o quociente da divisão de T_{60} por l_{60} .

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=a.12&lang=pt&version=ed4>>.

Percentual das transferências na renda – PNAD/IBGE

Percentual do rendimento de todas as fontes provenientes de programas de transferência de renda. Fazem parte dos programas de transferência de renda: rendimento de aposentadoria de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de pensão de instituto de previdência ou do governo federal, rendimento de abono de permanência – e juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos –, que recebia, normalmente, no mês de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento proveniente de programas de transferência de renda}}{\text{Soma do rendimento de todas as fontes}} \times 100$$

POBREZA E DESIGUALDADE

Extrema pobreza – PNAD/IBGE

A pobreza é vista como uma condição de insuficiência de renda. Para o cálculo desse indicador, utilizou-se a renda domiciliar *per capita* como referência para a aferição de pobreza na população brasileira. Definiu-se como extremamente pobre a população com renda domiciliar *per capita* (RDPC) abaixo de R\$ 67,07 em 2009, calculando-se assim o percentual de pessoas que vivem nesta situação. Os valores foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e estão apresentados a preços de 2009.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População extremamente pobre}}{\text{População total}} \times 100$$

Renda domiciliar *per capita* – PNAD/IBGE

É a soma dos rendimentos de todas as fontes de todos os moradores do domicílio dividida pelo número de moradores do domicílio. Os pensionistas – locatários de cômodos ou vagas em domicílios –, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos são excluídos do cálculo.

Para o cálculo da renda média de acordo com categorias selecionadas, é feita média das rendas domiciliares *per capita* das pessoas residentes nas categorias selecionadas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma das rendas domiciliares } per\ capita}{\text{População total}}$$

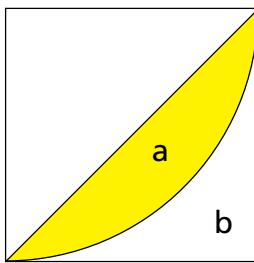
em que a renda domiciliar *per capita* é:

$$\frac{\text{Soma da renda dos moradores de determinado domicílio}}{\text{Número de moradores no domicílio}}$$

Índice de Gini – PNAD/IBGE

É comumente utilizado para calcular a desigualdade na distribuição de rendimento, mas pode ser usado para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de rendimento (em que todos têm o mesmo rendimento) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa tem todo o rendimento, e as demais nada têm). O Índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Calcula-se o Coeficiente de Gini como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é *a*, e a área abaixo da curva de Lorenz é *b*, então o Coeficiente de Gini é $a/(a+b)$. Esta razão se expressa como porcentagem ou como equivalente numérico dessa porcentagem, que é sempre um número entre 0 e 1.



O Coeficiente de Gini pode ser calculado com a fórmula de Brown, que é mais prática:

$$G = \left| 1 - \sum_{K=0}^{K=n-1} (X_{K+1} - X_K) (Y_{K+1} - Y_K) \right|$$

em que:

G = Coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável “população”

Y = proporção acumulada da variável “renda”

Se existe perfeita igualdade, então todos têm a mesma renda e pode-se escolher quaisquer dois indivíduos para colocar na fórmula que dará o mesmo resultado. Escolhendo-se o primeiro e o último indivíduo, então $(X_{k+1} - X_k = 1)$ e $(Y_{k+1} - Y_k = 1)$, e G fica igual a 0. No caso de desigualdade máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda do país, quaisquer indivíduos escolhidos dará $(Y_{k+1} - Y_k = 0)$, e G fica igual a 1. Esta soma é, então, sempre um número entre 0 e 1.

SAÚDE

Taxa de mortalidade infantil – Ripsa/MS

Número de óbitos de menores de 1 ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

Direto:

$$\frac{\text{Número de óbitos de residentes com menos de 1 ano de idade}}{\text{Número de nascidos vivos de mães residentes}} \times 1.000$$

Indireto: estimativa por técnicas demográficas especiais. Os dados provenientes desse método têm sido adotados para os estados que apresentam cobertura do Sinasc inferior a 90% ou que não atingem o valor de 80% de um índice composto, especialmente criado, que combina a cobertura de óbitos infantis com a regularidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=c.1&lang=pt&version=ed4>>.

Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) – Ripsa/MS

A taxa de homicídio masculina faz parte da taxa de mortalidade específica por causas externas, que é o número de óbitos por causas externas, no caso, homicídios, por 100 mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Número de óbitos de homens jovens por homicídios}}{\text{População de homens jovens ajustada ao meio do ano}} \times 1.000$$

Podem-se encontrar mais informações no *link*: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=c.9&lang=pt&version=ed4>>.

TRABALHO E RENDA

Taxa de desemprego – PNAD/IBGE

Percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho na semana de referência.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População desocupada de 16 anos ou mais}}{\text{PEA de 16 anos ou mais}} \times 100$$

Rendimento médio do trabalho – PNAD/IBGE

É a média do rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais de idade. Consideraram-se apenas os ocupados com renda maior do que zero.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma do rendimento mensal de todos os trabalhos da população de 16 anos ou mais}}{\text{População ocupada de 16 anos ou mais, com rendimento maior do que zero}}$$

Taxa de participação – PNAD/IBGE

É o percentual das pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{PEA de 16 anos ou mais}}{\text{População de 16 anos ou mais}} \times 100$$

EDUCAÇÃO

Média de anos de estudos – PNAD/IBGE

A média de anos de estudos fornece a média de séries concluídas com aprovação por uma determinada população.

Os anos de estudos, ou grau de instrução, foram obtidos a partir da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação está relacionada a um ano de estudo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{Soma dos anos de estudo da população de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}}$$

Taxa de analfabetismo – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas analfabetas, ou seja, que não sabem ler e escrever. Considerou-se como alfabetizada a pessoa de 15 anos ou mais de idade capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População que não sabe ler e escrever de 15 anos ou mais}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$

Taxa de frequência à escola ou creche das crianças de 0 a 5 anos – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 0 a 5 anos que frequenta escola ou creche}}{\text{População de 0 a 5 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino fundamental (6 a 14 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 6 a 14 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino fundamental.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 6 a 14 anos que frequenta o ensino fundamental}}{\text{População de 6 a 14 anos}} \times 100$$

Taxa de frequência líquida à escola – ensino médio (15 a 17 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 15 a 17 anos que está no nível de ensino adequado a essa faixa etária, ou seja, ensino médio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio}}{\text{População de 15 a 17 anos}} \times 100$$

Proporção de jovens que frequentam a universidade ou estão formados (18 a 24 anos) – PNAD/IBGE

Identifica a parcela da população na faixa etária de 18 a 24 anos que frequenta a universidade ou já está formada.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu ensino superior, ou frequenta ou já frequentou mestrado ou doutorado}}{\text{População de 18 a 24 anos}} \times 100$$

SANEAMENTO E HABITAÇÃO**Abastecimento adequado de água – PNAD/IBGE**

Proporção da população residente em domicílios com abastecimento adequado de água.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios em que a proveniência da água é de rede geral de distribuição para área urbana, ou de rede geral, poço ou nascente para área rural}}{\text{População total}} \times 100$$

Acesso à energia elétrica – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios com acesso à energia elétrica.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios cuja forma de iluminação é elétrica}}{\text{População total}} \times 100$$

Esgotamento sanitário adequado – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios cobertos com serviços de esgotamento sanitário adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\begin{array}{l} \text{População residente em domicílios servidos por rede coletora ou fossa} \\ \text{séptica ligada a rede coletora para área urbana, ou servidos por rede coletora,} \\ \text{fossa séptica ligada a rede coletora ou fossa séptica não} \\ \text{ligada a rede coletora para área rural} \end{array}}{\text{População total}} \times 100$$

Coleta de lixo – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios atendidos por serviços adequados de coleta de lixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\begin{array}{l} \text{População residente atendida, direta ou indiretamente,} \\ \text{por serviço regular de coleta de lixo no domicílio} \end{array}}{\text{População total}} \times 100$$

Domicílios adequados – PNAD/IBGE

Proporção da população residente em domicílios considerados adequados.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados, e que têm até dois moradores por dormitório}}{\text{População total}} \times 100$$

CULTURA

Acesso à internet no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com acesso à internet.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com acesso à internet}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de computador no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com computador.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com computador}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone fixo no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com telefone fixo.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com telefone fixo}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de telefone celular no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios em que pelo menos um morador possui celular.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com celular}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de televisão no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com televisão.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com televisão}}{\text{População total}} \times 100$$

Existência de rádio no domicílio – PNAD/IBGE

Percentual de pessoas residentes em domicílios com rádio.

Método de cálculo:

$$\frac{\text{População residente em domicílios com rádio}}{\text{População total}} \times 100$$

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Njobs Comunicação

Supervisão

Cida Taboza

Inara Vieira

Thayse Lamera

Revisão

Ângela de Oliveira

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdará Felipe

Regina Marta de Aguiar

Editoração

Jonatas Bonach

Capa

Jonatas Bonach

Projeto gráfico

Anderson Reis

Jonatas Bonach

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.